



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 119/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N° 42.271/2023

DATA DA REALIZAÇÃO: 30/08/2023 às 08h30

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 30/08/2023 às 08h30

LOCAL: Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu – Paraná

www.gov.br/compras/pt-br “Acesso Identificado”

O **MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob n.º 76.206.606/0001-40, através da Secretaria de Administração, Diretoria de Licitações e Contratos, sediada na Praça Getúlio Vargas nº 280 – centro – Foz do Iguaçu, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, Francisco Lacerda Brasileiro, torna pública a realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS** para futura e eventual aquisição de **MATERIAL DE ELÉTRICO**, conforme especificações, quantidades e condições do edital e seus anexos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal da Educação do Município de Foz do Iguaçu, pelo prazo de 12 (doze) meses, de acordo com as quantidades, características e especificações descritas no Termo de Referência.

O valor máximo da presente licitação é **R\$ 554.771,30** (quinhentos e cinquenta e quatro mil setecentos e setenta reais e trinta centavos).

Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no Edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASGOV, “SIASG” OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

30/08/2023 às 08h30

USAG: 987563

Local da Sessão Pública: www.gov.br/compras/pt-br

ENDEREÇOS:

PREGOEIRA: Juliana Penayo de Melo

Fone: (45) 2105-1453/99997-3355 - pregoeirajulianafoz@gmail.com.

Horário de expediente: das 07h30 às 13h30.

Praça Getulio Vargas, nº 280 – Centro - Foz do Iguaçu – PR.

Acesso identificado no link www.gov.br/compras/pt-br



O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Federal nº 147, de 14 de agosto de 2014, e legislação complementar aplicável e, no que couber, na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

É Pregoeira, deste Município Juliana Penayo de Melo, designada pela Portaria nº 76.342/2023 de 17 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu, edição nº 4.645/2023.

1. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário(a) da Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, denominado Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Órgão Provedor do Sistema, através do site www.gov.br/compras/pt-br.

1.3. Por determinação da lei Complementar nº 147/2014, que alterou a Lei Complementar nº 123/2006, itens que apresentem seu valor máximo até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), somente as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte poderão concorrer neste Pregão Eletrônico.

1.4. **Considerando o valor de referência do edital, será concedida margem de preferência aos licitantes localizados no Município de Foz do Iguaçu, nos percentuais previstos na forma do art. 4º, incisos I a V, conforme Decreto Municipal nº 30.699/2022.**

1.5. Para comprovação da sede local e aplicação da margem de preferência, previsto no Decreto Municipal nº 30.699/2022, encerrada a sessão de lances, **poderá** a pregoeira solicitar que o licitante encaminhe documentos comprobatórios via email, após notificação via chat no compras.gov ou poderá solicitar que os documentos comprobatórios sejam juntado no momento da convocação do anexo, junto com a proposta final readequada, se necessário.

EXCLUSIVAMENTE à participação de **MICROEMPRESA – ME** e **EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 para os **GRUPOS 01,02, 04 E** e para os **GRUPO 03**, será admitida proposta de **EMPRESAS DE QUALQUER PORTE**, não sendo excluídos os benefícios garantidos pela Lei Complementar 123/2006, tendo em vista que o valor estimado ultrapassou o limite de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que atendidas as demais exigências deste Edital e seus anexos .



Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Aplica-se a este Pregão, nos itens/grupos exclusivos para microempresa e empresa de pequeno e nos itens/grupos com cotas reservadas para microempresa e empresa de pequeno, o disposto no Decreto Municipal nº 30.699 de 26 de setembro de 2022, que estabelece prioridade de contratação para empresas sediadas local, de acordo com os seguintes termos:

Nas licitações será assegurada a prioridade de contratação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais – MEI, sediadas localmente, mediante a concessão de margem de preferência de até 10% (dez por cento) sobre o melhor preço válido, nos seguintes termos: I - existência de no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados localmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; II - a microempresa ou empresa de pequeno porte tenha efetivamente participado do certame e ofertado durante o procedimento licitatório preço dentro da margem de preferência estabelecida neste Decreto; III - o preço ofertado dentro da margem de preferência deverá ser compatível com a realidade do mercado e não veda o dever do agente de contratação, comissão de licitação ou pregoeiro de negociar em busca da melhor proposta para a Administração.

Considerando o valor de referência do edital, será concedida margem de preferência às licitantes localizados no Município de Foz do Iguaçu, nos percentuais na forma do art. 4º, incisos I a V, conforme Decreto Municipal nº 30.699/2022.

2. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA

2.1 O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.gov.br/compras/pt-br.

2.2 A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá em 30/08/2023 às 08h30, no site www.gov.br/compras/pt-br, nos termos das condições descritas neste Edital.

3. DO OBJETO

3.1 Constitui objeto deste Pregão o REGISTRO DE PREÇOS para Futura e eventual aquisição de **MATERIAL DE ELÉTRICO**, conforme especificações, quantidades e condições do edital e seus anexos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal da Educação do Município de Foz do Iguaçu, pelo prazo de 12 (doze) meses, de acordo com as quantidades, características e especificações descritas no Termo de Referência.

3.2 Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br e <https://transparencia.pmfi.pr.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes/>.



3.3 A licitação será dividida pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS**, para execução dos serviços **conforme tabela do ANEXO II** do edital, obedecendo ao descritivo e suas especificações técnicas, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3.4 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3.5 As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações pelo telefone nº (45) 2105-9858/1453 ou (45) 99997-3355.

3.6 As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão prestadas pela Secretaria Municipal da Educação, telefone nº (45) 3308-2018.

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

4.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, observada às especificações técnicas constantes do Anexo I e dos itens da Licitação do Anexo II, termo de Referência e demais condições definidas neste Edital.

4.2 Será utilizado o modo de disputa “ABERTO”, em que se inicia com a apresentação de lances sucessivos, com prorrogações.

5 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 03 (três) dias úteis, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

5.2 As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao (a) pregoeiro (a) e encaminhadas por email, através de e-mail no endereço eletrônico: pregoeirajulianafoz@gmail.com.

5.3 Caberá ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado (a) pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação em 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

5.4 **O (A) pregoeiro (a) deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.**



5.5 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

5.6 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: pregoeirajulianafoz@gmail.com.

5.7 O (A) pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de no mínimo dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, até **antes da abertura do certame** e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.8 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.9 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.10 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

6 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

6.1 Poderão participar desta licitação empresas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

6.2 As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, poderão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/index.jsf;jsessionid=9ipSC9AW-5l+SLBd9yg9GRit.srvv4289_inst01#

6.3 A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRAS.GOV.BR, no ato da abertura do Pregão.



6.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, de 07 de agosto de 2014.

6.5 Será vedada a participação de empresas:

a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

c) Enquadradas nas disposições no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ou ainda,

d) Empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente (nos termos do Acórdão 1201/2020 Plenário TCU).

6.6 Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.6.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos: 42 a 49;

6.6.2 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

6.6.3 os itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

6.6.4 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;



- 6.6.5 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está - em conformidade com as exigências editalícias;
- 6.6.6 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 6.6.7 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 6.6.8 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 6.6.9 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 6.6.10 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 6.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

7 DO CREDENCIAMENTO

- 7.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 7.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
- 7.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.



7.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.5 **É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.**

7.6 **A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.**

8 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 11 do edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, composto na Planilha de Formação de Preços até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 11 deste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



8.6 Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.7 Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula.

8.8 A validade da proposta será **DE NO MÍNIMO 90 (NOVENTA) DIAS**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.9 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Foz do Iguaçu.

8.10 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.11 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.12 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



- 9.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 9.2 O (A) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 9.3 Também será desclassificada a proposta (eletrônica) que identifique o licitante. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 9.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 9.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.
- 9.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.8 O lance deverá ser ofertado pelo valor total (global) do item.
- 9.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.10 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.11 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,25%.



- 9.12 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.13 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.14 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.15 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.16 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a) pregoeiro (a), assessorado (a) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.17 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo (a) pregoeiro (a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.
- 9.18 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 9.19 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.20 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.21 No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após



decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.23 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.24 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.25 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

a) no país;

b) por empresas brasileiras;

c) por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.26 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.27 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.28 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.29 O (A) pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada e planilha de custos ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



9.30 Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 Encerrada a etapa de negociação, o (a) pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 25 do Decreto n.º 251/2021.

10.2 **Se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa.**

10.3 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.4 **Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de cartilha, catálogos, folhetos, propostas ou amostras, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), bem como Prova de Conceito, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.**

10.5 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.6 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade da propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.



10.7 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.8 O (A) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.9 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo (a) Pregoeiro (a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

10.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.11 Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11 DA HABILITAÇÃO

11.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros: SICAF.

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

11.2 Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



11.3 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.4 A documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

c) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

11.5 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** consistirá em:

a) Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante. Nos termos da IN nº 03 de 26 de abril de 2018, para as empresas cadastradas no SICAF, as quais estejam com as Certidões inseridas no sistema, quando não constar a data de validade na referida Certidão o prazo de validade será de 01 (um) ano. No Estado do Paraná, é adotado o Provimento nº 294/2020 do TJ/PR, cujas Certidões de Falência e Concordata não possuem prazo de validade, na forma do art. 96, § 5º do Código de Normas da E. Corregedoria - Geral da Justiça do Estado do Paraná e o QR Code constante nas Certidões são meramente para fins de autenticação, não confundindo-se com a validade da Certidão em si.

11.6 A documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** consistirá em:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;



- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;
- g) Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será (ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- h) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.7 A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação



11.8 A habilitação dos Licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

11.8.1 O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, **PODERÁ SUBSTITUIR** os documentos indicados nos subitens acima **Habilitação Jurídica, Qualificação econômico- financeira, Regularidade fiscal e trabalhista e Qualificação técnica.**

11.9 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

11.10 Todas as declarações exigidas serão retiradas diretamente do sistema www.comprasnet.gov.br.

11.11 Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF) ou no CRC, o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

11.12 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

11.13 Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo (a) pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

11.14 No julgamento da habilitação, o (a) pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



11.15 O não atendimento das exigências constantes do item 12 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

11.16 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.17 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada(s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.18 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DE HABILITAÇÃO.

12.1 Encerrada a etapa de lances, o (a) pregoeiro (a) convocará o licitante detentor da melhor oferta, sendo um item por licitante, para que este anexe no sistema COMPRASgov, a PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, o (a) pregoeiro (a) fará uso de a ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

12.2 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.3 O licitante deverá anexar a Proposta de Preços Ajustada e eventual Planilha de Custos, num prazo de até 02 (duas) horas úteis de efetivo funcionamento do órgão público, **ou seja, das 07h30min às 13h30min**, contados da convocação.

12.4 A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de 02 (duas) horas, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio



da Proposta de Preço, sendo realizado, pelo (a) Pregoeiro (a), o registro da não aceitação da proposta.

12.5 Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, dentro do prazo estipulado, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

12.6 É facultado ao (a) Pregoeiro (a) ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública.

12.7 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Pregoeira, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes **de fatos existentes à época da abertura do certame (em aplicação ao entendimento esposado pelo TCU no acórdão 1211/2021)**;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

12.8 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 12.7 e, findo o prazo assinalado pela Pregoeira para esse fim, sem o envio da nova documentação, **restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.**

12.9 Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 12.7, a Pregoeira, a título de diligência, **poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar,** por meio do campo de “anexos” do sistema.

12.10 O prazo para envio dos documentos **é de, no máximo 60 (sessenta) minutos,** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pela Pregoeira a



depende das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.10.1 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pela Pregoeira.

12.10.2 Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pela Pregoeira, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.11 Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

12.11.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.11.2 Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

12.11.3 Para fins de verificação das condições de habilitação, a Pregoeira poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

12.12 As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.12.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.12.2 A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei



nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.13 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.13.1 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

12.13.2 Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

12.14 A proposta deverá conter:

- a) Proposta de preços, conforme modelo I do presente Edital, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;
- b) Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- c) A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º combinado com o artigo 66, § 4º;
- e) O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com até duas casas decimais (0,00).
- f) A proposta, enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do Edital e Anexos sob pena de desclassificação.
- g) O (A) Pregoeiro (a) reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.
- h) A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.



i) A Prefeitura Municipal poderá solicitar ao licitante a prorrogação do prazo de validade da PROPOSTA por até 60 (sessenta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado ao licitante recusar ou aceitar o pedido; entretanto, no caso de concordância, a PROPOSTA não poderá **ser modificada**.

13 DOS RECURSOS

13.1 Declarado o vencedor, a pregoeira abrirá prazo de no mínimo **30 (trinta minutos)**, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

13.2 A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

13.3 Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.gov.br/compras/pt-br.

13.5 O recurso contra decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo

13.6 Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o (a) Pregoeiro (a) terá até 5 (cinco) dias para:

a) Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

b) motivadamente, reconsiderar a decisão;

c) manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;

13.7 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.8 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.



13.9 Não havendo recurso, o (a) Pregoeiro (a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

14.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.3 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.6 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

15.2 Se o primeiro proponente classificado não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

15.3 A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo (a) pregoeiro (a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.



15.4 A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

15.5 Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Foz do Iguaçu convocará o licitante vencedor para assinatura de instrumento contratual ou retirada da nota de empenho.

15.6 O licitante vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o instrumento contratual. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Foz do Iguaçu.

15.7 A recusa injustificada da licitante vencedora em aceitar ou retirar o Instrumento Contratual ou a Nota de Empenho, após 05 (cinco) dias da notificação, implicará a imposição das penalidades previstas no edital e anexos.

15.8 Para fins de assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar Certidão Negativa de Débitos expedida pela Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, em atendimento ao artigo nº 178 da L.C nº 082/2003 (Código Tributário Municipal).

15.9 A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII da Lei 8.666/93).

15.10 O responsável pela assinatura do Contrato/Ata deverá estar cadastrado no sistema SID, do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo Decreto Municipal nº 28900/2021-PMFI. Link para cadastro: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>.

15.11 Assinatura do instrumento contratual somente será efetuada com certificado digital emitida por autoridade credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP Brasil, nos termos da legislação vigente.

16 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

16.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

16.2. Os preços registrados poderão ser suspensos ou cancelados nos seguintes casos:



- 16.2.1. Pela Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, quando for por este julgado que o fornecedor esteja definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem ao registro de preços ou pela não observância das normas legais previstas em contrato;
- 16.2.2. Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, demonstrar que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação e devidamente aceita pela Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, nos termos legais;
- 16.2.3. Persistência de infrações após a aplicação das multas previstas na cláusula décima terceira;
- 16.2.4. Manifesta impossibilidade por parte da Contratada de cumprir as obrigações assumidas pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados;
- 16.2.5. Interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração;
- 16.2.6. Demais hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como do edital;
- 16.2.7. Liquidação judicial ou extrajudicial ou falência da Contratada;
- 16.2.8. Inobservância da Ata de Registro de Preços unilateralmente pela Administração acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como desta Ata;
- 16.2.9. Assunção imediata do objeto da Ata de Registro de Preços por ato próprio da Administração, lavrando-se termo circunstanciado;
- 16.2.10. Ocupação dos equipamentos, materiais e eventuais veículos utilizados na execução do objeto da Ata de Registro de Preços, necessários à sua continuidade, os quais serão devolvidos posteriormente. Não sendo devolvidos, darão causa a ressarcimento à Contratada mediante sua devida avaliação;
- 16.3. Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei no 8.666/93;
- 16.4. A(s) adjudicatária(s) deverá(ão) assinar a Ata de Registro de Preços (modelo constante do **Anexo II** deste Edital), dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação enviada pela Secretaria solicitante
- 16.5. O prazo concedido para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração;



- 16.6. É vedado qualquer reajustamento de preços durante o prazo de validade da proposta de preços (60 dias), contado a partir da data limite para a apresentação das propostas, indicada no preâmbulo do presente Edital;
- 16.7. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições referentes à concessão de reajustamento de preços, em face da superveniência de normas Federais aplicáveis a espécie;
- 16.8. O disposto no subitem anterior aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alteração das alíquotas dos já existentes;
- 16.9. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao órgão gerenciador (Diretoria de Compras e Suprimentos) desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos;
- 16.10. O saldo do registro de preços poderá ser consultado através do link: <https://www2.pmfi.pr.gov.br/giig/portais/portaldatransparencia>.
- 16.11. O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.
- 16.12. A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência se constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições previstas na Ata de Registro de Preços.
- 16.13. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.
- 16.14. A Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu, poderá a qualquer momento reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Órgão Oficial do Município de Foz do Iguaçu/PR.

17 DO PAGAMENTO

- 17.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após entrega/ativação, mediante emissão do Termo de Recebimento por parte da CONTRATANTE, acompanhada pela ordem de serviços (quando houver), devidamente assinada pelo fiscal designado pelo Município



e acompanhada ainda das CND's FGTS, TRABALHISTA e FEDERAL e após o recebimento definitivo do objeto, através de transferência eletrônica para a conta bancária da CONTRATADA indicada pela mesma.

17.2 A vencedora do certame deverá apresentar as certidões (FGTS, TRABALHISTA, CERTIDÃO ESTADUAL, MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ em validade para o pagamento.

17.3 Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

17.4 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Foz do Iguaçu/PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

17.5 A empresa deverá providenciar seu cadastro junto ao Município de forma antecipada nos seguintes sistemas:

a) Para o pagamento:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/portalempresarial/aberturaprocesso/protocolo>

b) O responsável, pela assinatura do Contrato, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28900/2021-PMFI.

Link para cadastro: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>

18 DAS CONTRATAÇÕES E SANÇÕES/ DAS PENALIDADES

18.1. As contratações se darão através da formalização do Contrato/Ata de Registro de Preços e da Nota de Empenho.

18.2. O Instrumento Contratual ou as Notas de Empenho deverão ser emitidas contendo:

- I - O objeto e seus elementos característicos, inclusive quantidades;
- II - A forma e o prazo de fornecimento de bens ou prestação dos serviços;
- III - O preço unitário;
- IV - Dotação orçamentária e fonte de recursos;
- V - A indicação do respectivo processo licitatório.



18.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) não assinar o contrato, quando cabível;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- f) não mantiver a proposta;
- g) cometer fraude fiscal;
- h) comportar-se de modo inidôneo;

18.2 A CONTRATADA, durante a execução do Contrato, poderá ser apenada com:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de até dois anos;
- d) Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

18.3 Poderão ser aplicadas as seguintes multas, conforme a gravidade das infrações:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	Até 3% sobre o valor do empenho.
2	Até 5% sobre o valor do empenho.
3	Até 7% sobre o valor do empenho.
4	Até 10% sobre o valor do empenho.
5	Até 10% sobre o valor total do Contrato, mais 5% ao dia sobre o valor do empenho.
6	Até 30% sobre o valor do Produto a ser garantido, mais 2% ao dia por atraso sobre o valor do produto.
7	Até 10% sobre o valor total do Contrato.



18.4 Da classificação das infrações por gravidade (GRAU):

INFRAÇÃO	GRAU
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento/entrega dos produtos por dia e por nota de empenho.	3
Atrasar a entrega injustificadamente, por empenho e por dia.	2
Entregar produto em desacordo com as especificações do edital e proposta sem motivo justificado; por ocorrência.	4
Entregar produtos usados, recondicionados e ou remanufaturados, por produto.	4
Entregar produto mal embalado ou com embalagem danificada e ou violada, por ocorrência.	2
Entregar produto com apresentação em desconformidade com a descrita no edital, por ocorrência.	2
Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	2
Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	3
Der causa à inexecução total do objeto do Contrato.	7
AINDA, DEIXAR DE:	
Zelar pelas instalações do Município no momento da entrega, por ocorrência.	1
Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	1
Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	1
Cumprir horário de entrega estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	1
Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	2
Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	2
Substituir os produtos, às suas custas, quando protegido pela respectiva garantia.	6

18.5 A somatória das multas previstas nas tabelas acima não poderá ultrapassar ao percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato com esse fornecedor.

18.6 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 10% (dez por cento) do valor total da ata, fica facultado ao Município de Foz do Iguaçu/PR reconhecer a ocorrência das hipóteses de cancelamento da ata.



- 18.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à contratada.
- 18.8 Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial.
- 18.9 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 18.10 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela contratada à contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 18.11. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.
- 18.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a reincidência de transgressões por parte da contratante, levando em consideração todos os atos celebrados com a CONTRATANTE, bem como os danos causados à Administração, observando o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 18.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 18.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 18.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



18.16. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

19.1 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

19.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

19.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

19.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

19.5 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

19.6 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

19.7 A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.8 A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu/PR.

20 DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO



20.1 As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

21 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município de Foz de Iguaçu/PR .

21.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

21.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

21.4 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) pregoeiro (a).

21.5 Será facultado ao (a) Pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico à Secretaria requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

21.6 O (A) Pregoeiro (a) poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam



irrelevantes, não firmam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

21.7 As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

21.8 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

21.9 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu/PR, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

21.11 A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.

21.12 O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASGOV através do site www.gov.br/compras/pt-br.

21.13 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.14 É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o



conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

21.15 A proponente deverá indicar ao (a) Pregoeiro (a) todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail)), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

21.16 O (A) pregoeiro (a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Foz do Iguaçu/PR quanto do emissor.

21.17 Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

21.18 Caso o sistema eletrônico desconectar para o (a) pregoeiro (a) no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

21.19 Se a desconexão do (a) pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 10min. (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.

21.20 CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO (A) PREGOEIRO (A) VIA *CHAT*.

21.21 Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasgov que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

21.22 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

21.23 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu - PR.

21.24 Os casos omissos serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a).

21.25 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – ITENS DA LICITAÇÃO

Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços

Anexo IV – Decreto Municipal nº 30.699/2022

Modelo I – Modelo de Proposta Comercial

Foz do Iguaçu, datado e assinado digitalmente

Eliane Dávilla Sávio
Secretária Municipal da Administração



TERMO DE REFERÊNCIA

Sistema Eletrônico oficial municipal utilizado para elaboração e validação legal do presente documento: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DIGITAIS (SID). A ASSINATURA ELETRÔNICA E ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO ESTÃO AMPARADAS PELO: DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021. LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017. Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nº s 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

1. OBJETO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – seleção de propostas para futura e eventual aquisição de **MATERIAL DE ELÉTRICO**, conforme especificações, quantidades e condições do edital e seus anexos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal da Educação do Município de Foz do Iguaçu, pelo prazo de 12 (doze) meses.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade e é dever do Poder Público proporcionar condições adequadas para o bom funcionamento das instituições educacionais. Nesse sentido, a Secretaria Municipal da Educação (SMED) preza pela manutenção, reforma e construção das unidades escolares, bem como suas partes constituintes, com estudos constantes para a verificação das necessidades de aprimoramento e urgências da rede, objetivando conservar e recuperar a sua capacidade funcional, observando os critérios de segurança, saúde e bem-estar daqueles que se utilizam desses ambientes (interpretação combinada dos itens 3.5 e 3.12 da ABNT NBR 5674:1999).

A aquisição de material elétrico para a Secretaria Municipal de Educação se faz necessária a fim de garantir a segurança e o pleno funcionamento das instalações elétricas nas Escolas,



Cmeis e Centros de Convivência Escola-Bairro, vinculados a SMED. A manutenção adequada das instalações elétricas é essencial para evitar riscos de acidentes, incêndios e interrupção das atividades educacionais.

A modernização das instalações elétricas é outro motivo importante nesse contexto, com o avanço da tecnologia, novos dispositivos mais eficientes e econômicos têm sido desenvolvidos, permitindo a redução do consumo de energia elétrica. Ao adquirir material elétrico atualizado e de qualidade, é possível modernizar as instalações e implementar medidas de eficiência energética, resultando em economia a longo prazo para o município.

A expansão e melhoria da infraestrutura elétrica educacional, para que possam ser exploradas novas tecnologias, exige a aquisição de material elétrico de boa **qualidade, durabilidade, resistência e trabalhabilidade e reveste-se de especial importância à Administração. Isso porque, um sistema de manutenção eficiente deve prever recursos materiais que possibilitem a realização coordenada de manutenção e reparos na rede elétrica das unidades.**

A periodicidade da manutenção deve ser adequada a cada tipo de instalação, considerando a complexibilidade da instalação, (quantidade e diversidade de equipamentos), sua importância para as atividades desenvolvidas no local e a severidade das influências externas a que está sujeita (ABNT NBR 5410:2005, item 8.1).

Com a demanda crescente por educação de qualidade, inclusiva e tecnológica, muitas vezes é necessário ampliar as instalações existentes ou construir ligações. Essa expansão implica na instalação de redes elétricas adicionais, sistemas de iluminação e pontos de energia a fim de expandir e melhorar a infraestrutura educacional do município.

Desse modo, tem-se que a manutenção das características, a adequação ou aprimoramento das qualidades dos espaços e próprios públicos relaciona-se intrinsecamente à continuidade da prestação de serviços à população e, por conseguinte, à satisfação do interesse público.

A compra de materiais elétricos é basilar ao pleno funcionamento da sede administrativa da Secretaria Municipal da Educação, bem como das Escolas, Centros Municipais de Educação Infantil e Centros de Convivência Escola-Bairro da rede municipal de ensino, porque proporciona condições adequadas para o desenvolvimento das atividades fins, qual seja, o



serviço educacional público.

Feitas essas considerações, menciona-se que o levantamento das demandas de materiais elétricos considerou as necessidades das 102 (cento e duas) unidades vinculadas a esta secretária, bem como a Sede da Secretaria Municipal de Educação, visando garantir que todos os espaços atendam os critérios de segurança, salubridade e funcionalidade, necessários ao desenvolvimento do trabalho pedagógico e administrativo.

Desse modo, a **presente aquisição se justifica pela necessidade de selecionar propostas para futura e eventual aquisição de MATERIAL ELÉTRICO**, conforme especificações, quantidades e condições do edital e seus anexos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal da Educação do Município de Foz do Iguaçu, pelo prazo de 12 (doze) meses.

A especificação técnica para os grupos em comento foi elaborada visando atender às necessidades supra. A opção pela sistemática do registro de preços deu-se em razão dessa suprir as necessidades constantes de atendimento da Secretaria Municipal da Educação junto das unidades escolares da rede municipal de ensino, proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades fins das instituições.

Com o **procedimento auxiliar de registro de preços, busca-se a gestão eficiente do estoque por meio do sistema baseado no *just in time***, o que significa que as demandas da Administração serão atendidas no momento certo, haja vista que a aquisição dos produtos será realizada mediante a necessidade do Poder Público.

Objetiva-se adquirir a quantidade exata de produtos, de acordo com a demanda, de forma rápida e sem a necessidade da formação de estoques, fazendo com que os materiais cheguem a seu destino no tempo certo, atendendo devidamente à necessidade identificada.

Por fim, em observância ao Memorando Interno nº 17451/2023, de 03/04/2023, oriundo da Secretaria Municipal da Administração (SMAD), cujo teor orienta acerca do período de transição entre a Lei 8.666/1993 e a Lei 14.133/2021, registra-se, nesta oportunidade, manifestação expressa desta Secretaria solicitante, a fim de que o trâmite desta contratação dê-se nos moldes da Lei 8.666/1993.



3. ADEQUAÇÃO/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.02.12.361.0600.2114.3.3.90.30.1.104 -25% sobre demais impostos vinculados à educação - Exercício Corrente

12.05.12.365.0600.2102.3.3.90.30.1.104 -25% sobre demais impostos vinculados à educação - Exercício Corrente

12.02.12.361.0600.2114.4.4.90.52.1.104 -25% sobre demais impostos vinculados à educação - Exercício Corrente

12.02.12.361.0600.2114.4.4.90.52.1.1040-TRANSF. FUNDEB -COMPL. DA UNIÃO -VAAR

12.05.12.365.0600.2102.4.4.90.52.1.104 -25% sobre demais impostos vinculados à educação - Exercício Corrente

12.05.12.365.0600.2102.4.4.90.52.1.1040-TRANSF. FUNDEB -COMPL. DA UNIÃO -VAAR

4. DETALHAMENTO TÉCNICO DO OBJETO: CONDIÇÕES DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA, GRUPOS DA LICITAÇÃO, DESCRITIVO DOS ITENS, QUANTIDADE, VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA:

4.1 A presente aquisição contempla MATERIAIS ELÉTRICOS, no total de 125 itens, divididos em 5 grupos.

4.2 A solicitação de itens pode ocorrer durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e a destinação desses a quaisquer das unidades escolares listadas neste Termo de Referência, conforme planejamento da SMED, com prazo de 15 (quinze) dias corridos para entrega dos materiais.

4.3 As propostas a serem elaboradas e os itens a serem ofertados devem necessariamente atender ao descritivo técnico e serem entregues rigorosamente conforme detalhamento do edital e seus anexos. As propostas, bem como a posterior entrega do objeto, serão cuidadosamente analisadas e não serão aceitas aquelas que apresentarem objetos de qualidade inferiores ao descritivo técnico dos grupos e itens abaixo.

4.4 No caso de divergência entre o descritivo técnico deste TERMO DE REFERÊNCIA, código do sistema eletrônico de licitação, nota de empenho ou qualquer outro indicativo ou especificação, prevalecerá como parâmetro para entrega, fiscalização e aferição a descrição técnica deste TERMO DE REFERÊNCIA, anexo do EDITAL do procedimento licitatório.

4.5 A divisão da presente licitação em grupos visa garantir a uniformização de qualidade no fornecimento de itens, de acordo com tipo de item/material, a exemplo dos grupos 01 e 02 ou



em sua destinação, tais como os grupos 03 e 04. Desse modo, tem-se que obter-se-ão itens de mesmo padrão e qualidade, a partir de cada material.

4.6 Ainda, a opção pela divisão em grupos visa garantir maior vantajosidade à Administração, tendo em vista que a quantidade numerosa de itens avulsos (125 itens) ocasionaria na análise simultânea de centenas de propostas diferentes.

4.7 A opção pela divisão em grupos também almeja facilitar os processos de gestão e fiscalização dos itens

4.8 Feitas essas considerações, seguem grupos do presente processo licitatório:

4.9 São os objetos assim detalhados e o valor máximo de referência assim definido:

GRUPO 01 - Cabeamento elétrico

Item	CatMat	Descrição	UND	QTDE	MENOR PREÇO	VALOR TOTAL
1	4844 21	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 1,5 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.	m	150 0	R\$ 1,24	R\$ 1.860,00
2	4833 20	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 2,5 mm ² . Pode ser	m	200 0	R\$ 1,98	R\$ 3.960,00



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

		solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.				
3	4833 22	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 4 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.	m	200 0	R\$ 3,15	R\$ 6.300,00
4	4833 30	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 6 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.	m	200 0	R\$ 4,65	R\$ 9.300,00
5	4085 31	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 0,6/1 kv, seção nominal 10 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.	m	800	R\$ 7,82	R\$ 6.256,00
6	4040 26	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 0,6/1 kv,	m	500	R\$ 1,34	R\$ 670,00



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

		seção nominal 16 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.				
7	3184 64	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 0,6/1 kv, seção nominal 25 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.	m	500	R\$ 0,21	R\$ 105,00
8	4187 04	Cabo multipolar de cobre (cabo pp), flexível, classe 4 ou 5, isolamento em hepr, cobertura em pvc-st2, antichama bwf-b, 0,6/1 kv, 3 condutores de 2,5 mm ² .	m	100 0	R\$ 8,24	R\$ 8.240,00
9	4378 19	Cabo multipolar de cobre (cabo pp), flexível, classe 4 ou 5, isolamento em hepr, cobertura em pvc-st2, antichama bwf-b, 0,6/1 kv, 2 condutores de 2,5 mm ² .	m	600	R\$ 5,50	R\$ 3.300,00
10	4095 24	Cabo multipolar de cobre (cabo pp), flexível, classe 4 ou 5, isolamento em hepr, cobertura em pvc-st2, antichama bwf-b, 0,6/1 kv, 3 condutores de 1,5 mm ² .	m	100	R\$ 5,47	R\$ 547,00
11	4338 69	Cabo multipolar de cobre (cabo pp), flexível, classe 4 ou 5, isolamento em hepr, cobertura em pvc-st2, antichama bwf-b, 0,6/1 kv, 2 condutores	m	600	R\$ 3,68	R\$ 2.208,00



Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

		de 1,5 mm2.					
						TOTAL	R\$ 42.746,00
GRUPO 02 - Disjuntores							
Ite m	CatM at	Descrição	UN D	QT DE	MENOR PREÇO	VALOR TOTAL	
12	48419 4	Disjuntor DIN monopolar 10 A	uni d.	50	R\$ 8,87	R\$ 443,50	
13	45269 7	Disjuntor DIN monopolar 16 A	uni d.	50	R\$ 9,03	R\$ 451,50	
14	45269 3	Disjuntor DIN monopolar 20 A	uni d.	50	R\$ 9,03	R\$ 451,50	
15	48419 7	Disjuntor DIN monopolar 25 A	uni d.	60	R\$ 9,45	R\$ 567,00	
16	48419 8	Disjuntor DIN monopolar 32 A	uni d.	60	R\$ 9,45	R\$ 567,00	
17	42705 2	Disjuntor DIN monopolar 40 A	uni d.	50	R\$ 9,45	R\$ 472,50	
28	42472 3	Disjuntor DIN bipolar 20 A	uni d.	50	R\$ 28,00	R\$ 1.400,00	
19	42472 2	Disjuntor DIN bipolar 25 A	uni d.	80	R\$ 28,00	R\$ 2.240,00	
20	42454 0	Disjuntor DIN bipolar 32 A	uni d.	80	R\$ 28,00	R\$ 2.240,00	
21	41636 4	Disjuntor DIN bipolar 32 A	uni d.	80	R\$ 29,46	R\$ 2.356,80	
22	40210 2	Disjuntor DIN bipolar 50 A	uni d.	50	R\$ 33,31	R\$ 1.665,50	
23	37293 6	Disjuntor DIN bipolar 63 A	uni d.	50	R\$ 33,31	R\$ 1.665,50	
24	36531 3	Disjuntor DIN tripolar 40 A	uni d.	80	R\$ 42,35	R\$ 3.388,00	
25	36531 2	Disjuntor DIN tripolar 50 A	uni d.	50	R\$ 47,20	R\$ 2.360,00	
26	40201 9	Disjuntor DIN tripolar 63 A	uni d.	50	R\$ 51,74	R\$ 2.587,00	
27	33791 2	Disjuntor DIN tripolar 80 A	uni d.	50	R\$ 123,60	R\$ 6.180,00	
28	33639 4	Disjuntor DIN tripolar 100 A	uni d.	80	R\$ 123,60	R\$ 9.888,00	
29	32821	Disjuntor NEMA	uni	20	R\$	R\$	



	9	tripolar 32A		d.		69,34	1.386,80
30	32372 3	Disjuntor NEMA tripolar 70A		uni d.	20	R\$ 82,23	R\$ 1.644,60
31	32347 1	Disjuntor NEMA tripolar 80A		uni d.	20	R\$ 115,86	R\$ 2.317,20
32	24212 9	Disjuntor NEMA tripolar 100A		uni d.	20	R\$ 115,86	R\$ 2.317,20
33	33972 3	Disjuntor NEMA tripolar 150A		uni d.	20	R\$ 415,46	R\$ 8.309,20
34	37500 2	Disjuntor NEMA tripolar 200A		uni d.	20	R\$ 556,95	R\$ 11.139,00
35	42691 1	Disjuntor em caixa moldada tripolar 150 A		uni d.	10	R\$ 432,00	R\$ 4.320,00
36	33639 9	Disjuntor em caixa moldada tripolar 200 A		uni d.	10	R\$ 392,00	R\$ 3.920,00
37	32123 2	Disjuntor em caixa moldada tripolar 300 A		uni d.	10	R\$ 514,55	R\$ 5.145,50
						TOTAL	R\$ 79.423,30

GRUPO 03 - Iluminação

Item	CatMat	Descrição	UND	QTDE	MENOR PREÇO	VALOR TOTAL
38	46864 1	Lâmpada led tubular T5 de 14W, bivolt, comprimento de 549 mm. Soquete G5 e temperatura de 6500K	uni d.	300	R\$ 49,20	R\$ 14.760,00
39	60003 6	Lâmpada led Tubular T8 18W Luz Branco Frio 6500k 127 Volts, 1,20 m	uni d.	500	R\$ 15,47	R\$ 7.735,00
40	44852 7	Lâmpada led tipo bulbo, base E27 bivolt. Potência de 20W e temperatura de 6500K	uni d.	300	R\$ 18,00	R\$ 5.400,00
41	44867 1	Lâmpada led tipo bulbo, base E27 bivolt. Potência de 30W e temperatura de 6500K	uni d.	300 0	R\$ 30,79	R\$ 92.370,00



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

42	46857 8	Lâmpada led tipo bulbo, base E27 bivolt. Potência de 40W e temperatura de 6500K	uni d.	600	R\$ 38,71	R\$ 23.226,00
43	43927 8	Lâmpada led tipo bulbo, base E27 bivolt. Potência de 50W e temperatura de 6500K	uni d.	600	R\$ 51,26	R\$ 30.756,00
44	37714 2	Reator eletrônico bivolt para 2 lâmpadas tubulares 15/18/20W	uni d.	100	R\$ 27,70	R\$ 2.770,00
45	38254 5	Reator eletrônico bivolt para 2 lâmpadas tubulares 40W	uni d.	80	R\$ 32,10	R\$ 2.568,00
46	44645 2	Luminária de teto plafon/plafonier em plástico com base e27, potencia máxima 60 w	uni d.	120 0	R\$ 4,34	R\$ 5.208,00
47	60383 3	Refletor Led IP66 bivolt 50W 6500K resistente à água	uni d.	80	R\$ 56,30	R\$ 4.504,00
48	45857 6	Refletor Led IP66 bivolt 100W 6500K resistente à água	uni d.	200	R\$ 139,20	R\$ 27.840,00
49	45334 5	Refletor Led IP66 bivolt 200W 6500K resistente à água	uni d.	300	R\$ 325,00	R\$ 97.500,00
50	42452 3	Lampada de luz mista 500 w, base e40 (220 v)	uni d.	100	R\$ 72,85	R\$ 7.285,00
51	60225 4	Rele fotoelétrico bivolt 1000W	uni d.	300	R\$ 33,60	R\$ 10.080,00
52	60225 4	Base para rele fotoelétrico	uni d.	300	R\$ 10,14	R\$ 3.042,00
					TOTAL	R\$ 335.044,00

GRUPO 04 - Caixas, tomadas e demais itens

Item	CatMat	Descrição	UND	QTDE	MENOR PREÇO	VALOR TOTAL
53	45611 7	Espelho / placa de 1 posto com suporte 4" x 2", para instalação	uni d.	100	R\$ 2,67	R\$ 267,00



Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

		de tomadas e interruptores				
54	45611 3	Espelho / placa de 2 postos com suporte 4" x 2", para instalação de tomadas e interruptores	uni d.	100	R\$ 2,76	R\$ 276,00
55	45611 0	Espelho / placa de 3 postos com suporte 4" x 2", para instalação de tomadas e interruptores	uni d.	80	R\$ 3,39	R\$ 271,20
56	48595 4	Tomada 2P+T 20A, 250V cor branca (apenas modulo)	uni d.	250	R\$ 3,85	R\$ 962,50
57	40871 3	Tomada 2P+T 20A, 250V cor vermelha (apenas modulo)	uni d.	100	R\$ 6,60	R\$ 660,00
58	45612 1	Espelho / placa cega com suporte, branca 4" x 2", para instalação de tomadas e interruptores	uni d.	100	R\$ 2,82	R\$ 282,00
59	48358 2	Interruptor simples 10A, 250V (apenas modulo)	uni d.	100	R\$ 6,30	R\$ 630,00
60	39393 3	Tomada 2P+T 20A, 250V, conjunto montado para sobrepor 4" x 2" branco (caixa + modulo)	uni d.	100	R\$ 8,30	R\$ 830,00
61	48358 2	Interruptor simples 10A, 250V, conjunto montado para sobrepor 4" x 2" branco (caixa + modulo)	uni d.	100	R\$ 8,90	R\$ 890,00
62	31711 5	Tomada dupla 2P+T 20A, 250V, conjunto montado para sobrepor 4" x 2" branco (caixa + 2 módulos)	uni d.	100	R\$ 5,65	R\$ 565,00



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

63	48358 2	Interruptor simples 10A duplo, 250V, conjunto montado para sobrepor 4" x 2" branco (caixa + 2 módulos)	uni d.	100	R\$ 14,50	R\$ 1.450,00
64	41390 0	Caixa de passagem / derivação / luz, octogonal 4" x 4", em aço esmaltada, com fundo móvel simples (fms)	uni d.	50	R\$ 4,51	R\$ 225,50
65	26151 7	Caixa de passagem para eletroduto corrugado, de embutir pvc amarela, 4"x2"	uni d.	50	R\$ 1,16	R\$ 58,00
66	22802 2	Canaleta pvc autoadesiva, com divisória para fiação, 20x10cm branca, comprimento de 2m	uni d.	100	R\$ 1,32	R\$ 132,00
67	22802 2	Canaleta pvc autoadesiva, com divisória para fiação, 50x20cm branca, comprimento de 2 metros	uni d.	30	R\$ 43,50	R\$ 1.305,00
68	22802 2	Canaleta para piso autoadesiva, com divisória para fiação, 52x14cm branca, comprimento de 2 metros	uni d.	30	R\$ 60,00	R\$ 1.800,00
69	27650 2	Eletroduto pvc flexível corrugado, cor amarela, de 20 mm	m	200	R\$ 1,22	R\$ 244,00
70	44608 3	Eletroduto pvc flexível corrugado, cor amarela, de 32 mm	m	200	R\$ 2,19	R\$ 438,00
71	37509 8	Eletroduto de pvc rígido, liso, cor branca, de 1/2", para instalações aparentes, comprimento de 3	uni d.	100	R\$ 3,95	R\$ 395,00



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

		metros				
72	37369 8	Eletroduto de pvc rígido, liso, cor branca, de 3/4", para instalações aparentes, comprimento de 3 metros	uni d.	150	R\$ 10,90	R\$ 1.635,00
73	36470 4	Eletroduto de pvc rígido, liso, cor branca, de 1", para instalações aparentes, comprimento de 3 metros	uni d.	100	R\$ 14,35	R\$ 1.435,00
74	46932 3	Eletroduto de pvc rígido roscável, liso, cor branca, de 1.1/2", para instalações aparentes, comprimento de 3 metros	uni d.	50	R\$ 17,33	R\$ 866,50
75	46544 3	Curva 90 graus em pvc liso, cor branca, 1/2", para eletroduto de instalações aparentes	uni d.	80	R\$ 4,80	R\$ 384,00
76	46928 4	Curva 90 graus em pvc liso, cor branca, 3/4", para eletroduto de instalações aparentes	uni d.	150	R\$ 2,30	R\$ 345,00
77	46928 4	Curva 90 graus em pvc liso, cor branca, 1", para eletroduto de instalações aparentes	uni d.	80	R\$ 3,10	R\$ 248,00
78	40874 0	Curva 90 graus em pvc roscável, cor preta, 1.1/2", para eletroduto de instalações aparentes	uni d.	30	R\$ 3,95	R\$ 118,50
79	46077 2	Cotovelo 90 graus em pvc liso, cor	uni d.	80	R\$ 4,70	R\$ 376,00



Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

		branca 1/2" para eletroduto de instalações aparentes				
80	46077 2	Cotovelo 90 graus em pvc liso, cor branca , 3/4" para eletroduto de instalações aparentes	uni d.	150	R\$ 3,72	R\$ 558,00
81	40290 5	Cotovelo 90 graus em pvc liso, cor branca , 1" para eletroduto de instalações aparentes	uni d.	80	R\$ 4,70	R\$ 376,00
82	38124 6	Luva lisa graus em pvc liso, cor branca , 1/2" para eletroduto de instalações aparentes	uni d.	80	R\$ 1,10	R\$ 88,00
83	36563 3	Luva lisa graus em pvc liso, cor branca , 3/4" para eletroduto de instalações aparentes	uni d.	150	R\$ 1,10	R\$ 165,00
84	46928 3	Luva lisa graus em pvc liso, cor branca , 1" para eletroduto de instalações aparentes	uni d.	80	R\$ 1,50	R\$ 120,00
85	33636 4	Luva roscável graus em pvc liso, cor preta , 1.1/2" para eletroduto de instalações aparentes	uni d.	30	R\$ 2,30	R\$ 69,00
86	60274 8	Conector box reto ou adaptador para condutele, em pvc liso, cor branca, 1/2" para eletroduto de instalações aparentes	uni d.	80	R\$ 1,10	R\$ 88,00
87	60001 0	Conector box reto ou adaptador para condutele, em pvc liso, cor branca, 3/4"	uni d.	150	R\$ 1,16	R\$ 174,00



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

		para eletroduto de instalações aparentes				
88	600010	Conector box reto ou adaptador para condutele, em pvc liso, cor branca, 1" para eletroduto de instalações aparentes	uni d.	80	R\$ 1,40	R\$ 112,00
89	484530	Condutele em pvc, tipo "x", sem tampa, de 1/2"	uni d.	80	R\$ 3,95	R\$ 316,00
90	394452	Condutele em pvc, tipo "x", sem tampa, de 3/4"	uni d.	150	R\$ 5,68	R\$ 852,00
91	453674	Condutele em pvc, tipo "x", sem tampa, de 1"	uni d.	80	R\$ 5,96	R\$ 476,80
92	244029	Tampão para condutele pvc de 1/2"	uni d.	30	R\$ 4,32	R\$ 129,60
93	472526	Tampão para condutele pvc de 3/4"	uni d.	50	R\$ 1,00	R\$ 50,00
94	472526	Tampão para condutele pvc de 1"	uni d.	30	R\$ 1,00	R\$ 30,00
95	359423	Abraçadeira pvc tipo click para eletroduto de 1/2"	uni d.	80	R\$ 0,92	R\$ 73,60
96	402894	Abraçadeira pvc tipo click para eletroduto de 3/4"	uni d.	150	R\$ 0,90	R\$ 135,00
97	359425	Abraçadeira pvc tipo click para eletroduto de 1"	uni d.	80	R\$ 0,85	R\$ 68,00
98	429685	Abraçadeira pvc para eletroduto de 1.1/2"	uni d.	30	R\$ 1,50	R\$ 45,00
99	456121	Tampa cega para condutele	uni d.	80	R\$ 2,90	R\$ 232,00
100	460999	Tomada 2P+T 20A, 250V para condutele, cor branca + tampa compatível	uni d.	80	R\$ 2,90	R\$ 232,00
101	460999	Tomada 2P+T 20A, 250V para condutele,	uni d.	30	R\$ 9,55	R\$ 286,50



Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

		cor vermelha + tampa compatível				
102	46099 9	Tomada dupla 2P+T 20A, 250V para condutele, cor branca + tampa compatível	uni d.	50	R\$ 10,20	R\$ 510,00
103	48255 1	Interruptor simples 10A 250V para condutele, na cor branca + tampa compatível	uni d.	30	R\$ 22,00	R\$ 660,00
104	48255 1	Interruptor simples 10A 250V + tomada 2P+T 20A para condutele, na cor branca + tampa compatível	uni d.	50	R\$ 11,20	R\$ 560,00
105	48255 1	Interruptor simples duplo 10A 250V para condutele, na cor branca + tampa compatível	uni d.	20	R\$ 18,50	R\$ 370,00
106	45253 7	Borne de porcelana cerâmica para chuveiro 2 polos	uni d.	30	R\$ 3,65	R\$ 109,50
107	45253 7	Borne de porcelana cerâmica para chuveiro 3 polos	uni d.	50	R\$ 5,20	R\$ 260,00
108	41508 9	Terminal pré-isolado pino para cabos de 2,5 a 10mm (será indicada a dimensão no pedido)	uni d.	30	R\$ 1,15	R\$ 34,50
109	40442 4	Terminal pré-isolado pino para cabos de 16 a 35mm (será indicada a dimensão no pedido)	uni d.	30	R\$ 1,76	R\$ 52,80
110	39645 7	Terminal a compressão olhal para cabos de 2,5 a 10mm (será indicada a dimensão no pedido)	uni d.	30	R\$ 1,64	R\$ 49,20
111	39645 7	Terminal a compressão olhal	uni d.	30	R\$ 1,85	R\$ 55,50



Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

		para cabos de 16 a 35mm (será indicada a dimensão no pedido)				
112	450105	Fita isolante antichama 19 mm x 10 metros na cor preta	uni d.	200	R\$ 4,24	R\$ 848,00
113	441051	Fita isolante de autofusão 19 mm x20 metros na cor preta	uni d.	80	R\$ 5,35	R\$ 428,00
114	425180	Fita isolante antichama 19mm x 20 metros na cor azul	uni d.	50	R\$ 9,00	R\$ 450,00
115	300050	Kit barramento trifásico 100A para 28 ou 34 circuitos (será indicada a especificação de quantidade dos circuitos no pedido)	uni d.	10	R\$ 208,49	R\$ 2.084,90
116	300050	Kit barramento trifásico 150A para 28, 34 circuitos (será indicada a especificação de quantidade dos circuitos no pedido)	uni d.	10	R\$ 258,90	R\$ 2.589,00
117	300050	Pente trifásico 80A 12 polos	uni d.	10	R\$ 142,10	R\$ 1.421,00
118	300050	Pente trifásico 63A 12 polos	uni d.	10	R\$ 175,00	R\$ 1.750,00
119	486075	Quadro de distribuição de sobrepor para 18 ou 24 disjuntores (será indicada a especificação de quantidade dos circuitos no pedido)	uni d.	10	R\$ 165,37	R\$ 1.653,70
120	603643	Quadro de distribuição de sobrepor para 28 ou 34 disjuntores (será indicada a especificação de	uni d.	10	R\$ 277,18	R\$ 2.771,80



Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

		quantidade dos circuitos no pedido)				
121	60029 6	Haste de aterramento 5/8", comprimento de 1,5 metros, com conector	uni d.	10	R\$ 49,41	R\$ 494,10
122	60029 6	Conector metálico tipo parafuso fendido (split bolt), para cabos ate 35 mm2	uni d.	10	R\$ 8,83	R\$ 88,30
					TOTAL	R\$ 39.006,00

GRUPO 05 - Torneiras e Chuveiros elétricos

Item	CatMat	Descrição	UND	QTDE	MENOR PREÇO	VALOR TOTAL
123	37416 3	Torneira elétrica de parede, bica alta e móvel, 4 temperaturas, registro de ¼ de volta. 220V/5500W. Cor branca.	uni d.	150	R\$ 150,00	R\$ 22.500,00
124	37416 3	Torneira elétrica de bancada, bica alta e móvel, 4 temperaturas, registro de ¼ de volta. 220V/5500W. Cor branca.	uni d.	150	R\$ 168,00	R\$ 25.200,00
125	48067 3	Chuveiro elétrico 3 temperaturas 220V/5500W, branco.	uni d.	150	R\$ 72,34	R\$ 10.851,00
					TOTAL	R\$ 58.551,00

TOTAL GRUPOS					R\$ 554.770,30
---------------------	--	--	--	--	---------------------------

4.10 VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA: R\$ 554.770,30 (quinhentos e cinquenta e quatro mil setecentos e setenta reais e trinta centavos).



4.11 No caso de divergência entre o descritivo técnico deste TERMO DE REFERÊNCIA, código do sistema eletrônico de licitação, nota de empenho ou qualquer outro indicativo ou especificação, **prevalecerá como parâmetro para entrega, fiscalização e aferição a descrição técnica deste TERMO DE REFERÊNCIA, anexo do EDITAL do procedimento licitatório.**

4.12 Formação dos preços: Os preços serão definidos a partir de pesquisa junto a fornecedores e painéis de preço, apresentando-se orçamentos que demonstrem o valor de mercado. A metodologia adotada será a de **MENOR PREÇO**, levantado também por aferimento de cotações, em vista de proporcionar a viabilidade.

4.13 DA APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA E DA COTA RESERVADA

Pugna-se, em referida licitação, que seja aplicado o **benefício de prioridade de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais – MEI sediados localmente**, conforme disposições do **art. 4º, incisos I a V, do Decreto nº 30.699, de 26 de setembro de 2022**, o qual regulamenta a margem de preferência nas contratações públicas de bens no âmbito da Administração Pública.

E, no caso em concreto, a prioridade de contratação para empresas locais é plenamente possível de aplicação, tendo em vista **a existência de no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados localmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório**, consoante preconiza o **art. 2º, inciso I, do Decreto nº 30.699/2022**.

Ressalta-se, por fim, que mencionada legislação cumpre importante papel na **promoção do desenvolvimento econômico e social em âmbito local, além de ampliar a eficiência das políticas públicas**.

Igualmente, aplica-se, no que couber, a aplicação da cota reservada, em conformidade à Lei Complementar nº 123/2006.

5. DETALHAMENTO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1 Prazo: o procedimento resultará em **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** com validade de 12 (doze) meses.

5.2 Condições da entrega: Os produtos deverão ser entregues em conformidade com a **NOTA DE**



EMPENHO e detalhamento técnico do **TERMO DE REFERÊNCIA**, anexo do edital do procedimento licitatório.

5.3 Local de entrega do objeto: Os itens desta contratação deverão ser entregues diretamente nas unidades escolares e o responsável pelo recebimento será o(a) diretor(a) da unidade escolar. Excepcionalmente, mediante prévia indicação da Secretaria Municipal da Educação de Foz do Iguaçu (SMED), a entrega de material poderá ser entregue na Sede da Secretaria, situada na Av. Juscelino Kubitschek, 3287 – Vila Paraguaia, ocasião em que o responsável pelo recebimento será o(a) gestor do contrato.

5.4 Todos os custos/despesas oriundos do objeto da presente licitação serão suportados pelo licitante vencedor. É de responsabilidade da contratada o transporte e entrega do material, em perfeita conformidade às especificações.

5.5 Prazo de entrega: A entrega deverá ser feita em até **15 (quinze) dias corridos** após do envio do empenho, não sendo tolerado período superior a este sem justificativa prévia. Os materiais serão entregues nas unidades conforme nota de empenho e solicitação de entrega por e-mail a ser realizada pela Secretaria Municipal da Educação.

5.6 A contratada deverá entregar o objeto no local indicado neste termo em perfeitas condições, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação.

5.7 O resultado que se presente produzir é a entrega de objetos coerentes com o descritivo técnico e aptos a sanar a demanda da Administração Municipal, e por isso, será devolvido ao fornecedor objeto licitado caso este seja entregue em qualidade duvidosa ou inferior à contratada, podendo acarretar-se, conforme análise da Administração, à aplicação de penalidades à empresa licitante, dentre as quais pode a referida empresa ser suspensa do direito de contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR.

5.8 Todos os materiais serão conferidos no momento da entrega, e se a qualidade e/ou quantidade não corresponder às especificações exigidas, a contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para sanar os vícios apontados, sendo eventuais novos custos de frete e montagem a cargo da contratada.

5.9 O recebimento definitivo do objeto deste edital não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações, pela má



qualidade ou divergência na descrição que venha ser constatada em momento posterior.

5.10 No caso de falha ou erro na fabricação do produto, o licitante deve ou substituir imediatamente produto que apresentar tais falhas ou prestar assistência e intermediar assessoria técnica especializada junto aos representantes da marca dos produtos que vierem a apresentar erros. Qualquer custo decorrente de assistência técnica, como frete ou outras despesas, serão custeadas sob responsabilidade da contratada.

5.11 *Seleção do fornecedor* será contratado fornecedor que participe do procedimento licitatório, apresente proposta compatível com o descritivo técnico do termo de referência e oferte o menor preço para a contratação.

5.12 Em caso de divergência entre imagem, CATMAT e especificações técnicas, prevalecem as informações textuais das especificações do Termo de Referência/ETP.

5.13 O quantitativo apresentado trata-se de ESTIMATIVA, não obrigando a Administração Pública à aquisição total.

5.14 A solicitação de itens pode ocorrer durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e a destinação desses a quaisquer das unidades escolares listadas neste Termo de Referência, conforme planejamento da SMED.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1 A contratada deverá entregar os objetos em completa conformidade com o descritivo técnico do edital após apresentação da ordem de serviço e/ou nota de empenho, sob condição de devolução, se em desacordo com o pactuado, observando a quantidade e a qualidade dos materiais entregues.

6.2 A entrega dos objetos deverá ser realizada sempre que solicitada e observados os prazos para entrega previstos no procedimento de contratação, não sendo aceito atrasos sem justificativa prévia.

6.3 Deve a contratada responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete.

6.4 A entrega deverá ocorrer nos locais indicados pela SMED/DIAE, correspondentes a quaisquer



das unidades escolares constantes deste termo, conforme a necessidade de cada unidade.

6.5 *Durante a vigência do prazo de garantia, qualquer defeito apresentado deve ser reparado pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após solicitação após a notificação sob pena de sanção, objetivando o interesse público. No caso de defeito insanável, o produto deve ser integralmente substituído.*

6.6 *No caso de falha na entrega deve a contratada Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, por escrito, com a devida comprovação.*

6.7 *É vedada a subcontratação sem a prévia, expressa e anterior concordância do Município contratante, e assim, a contratada não pode transferir a outrem, no todo ou em parte, o fornecimento dos materiais sem tal consentimento.*

6.8 *A fiscalização será exercida no interesse do Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implicando corresponsabilidade do poder público ou de seus agentes e prepostos.*

6.9 *Deve a contratada fornecer endereço eletrônico (e-mail) que será fixado como canal oficial de comunicação para fins de encaminhamento de documentos, mormente notas de empenho e eventuais notificações.*

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E MODELO DE GESTÃO FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1 *Deve a contratante pagar o valor acordado mediante certificação da nota fiscal pelo ordenador da despesa, fiscalizar e gerenciar o recebimento do material e assessoria prestada.*

7.2 *A contratante promoverá a fiscalização do objeto contratado pela verificação de seu estado desde o momento de sua entrega até o fim de sua vida útil, observando as condições de sua duração e resultados advindos de seu uso, sendo apurada quaisquer irregularidades que possam ser constatadas durante a vida útil do objeto.*

7.3 *A contratante comunicará à contratada todas as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos, conforme demanda de cada caso.*



7.4 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. INDICAÇÃO DE GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

8.1 Fica responsável pela fiscalização do presente instrumento contratual o servidor VILSON LUIZ FILIPIAK e pela gestão a servidora **SABRINA ELOISA DOS SANTOS PIMENTEL**.

9. DAS CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 O início da entrega do material adquirido, com a inspeção inicial, ocorrerá com a ordem de serviço e/ou nota de empenho emitida pela SMED/DIAE. A empresa fornecedora do(s) serviço(s) deverá apresentar, para liquidação e pagamento pela PMFI, mediante ordem bancária em conta corrente, a NF-e (Nota Fiscal), contendo as quantidades, as especificações, os valores e os locais onde foram prestados os serviços. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome do Município de Foz de Iguaçu/PR, CNPJ 76.206.606/0001-40.

9.2 As Notas Fiscais (NF-e) serão protocoladas digitalmente, por meio do link: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PortalEmpresarial/>, na aba "PROTOCOLO DIGITAL", caso ainda não possua cadastro no site, deverá o fornecedor fazê-lo primeiro, através da aba "NÃO POSSUI ACESSO"

9.3 Deverão constar na NF-e (Nota Fiscal) o número da nota de empenho, o número da conta, os tipos, as quantidades e os valores efetivos dos itens a serem pagos. (Se for o caso, o número do Convênio ou Termo de Compromisso)

9.4 Para efeito de cada pagamento, a NF-e (Nota Fiscal) deverá estar acompanhada dos seguintes documentos legais comprobatórios da quitação dos encargos e tributos sociais, trabalhistas e tributários: CND (Federais, Estaduais e Municipais); Certificado de regularidade do FGTS e CND Trabalhista (TST);

9.5 A NF-e (Nota Fiscal) deverá ser certificada pelo Gestor e pelo Fiscal do Contrato, indicados em item anterior deste Termo de Referência, até o décimo quinto dia corrido, contados após a data da



apresentação das Notas Fiscal pela empresa fornecedora dos bens e/ou serviços.

9.6 Para fins de certificação, liquidação e pagamento da(s) Nota(s) Fiscal(is) o Gestor e Fiscal do contrato deste Termo de Referência efetuarão a verificação, análise, conferência e consistência de todos os dados e informações contidas na(s) Nota(s) Fiscal(is) e relatórios, confrontando-as com este Termo de Referência e com o instrumento contratual, atestando a veracidade e conformidade das mesmas com os produtos adquiridos.

9.7 Caso a NF-e (Nota Fiscal) apresente erros, irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa, ou não vier acompanhada das documentações exigidas, ou os itens adquiridos não tiverem sido entregues de acordo com as condições e especificações descritas neste Termo de Referência, bem como com o instrumento contratual, o prazo para o pagamento somente começará a ser contado a partir da data em que tais impropriedades forem sanadas.

9.8 O prazo para pagamento das despesas constantes das NF's será de até 30 (trinta) dias, salvo exceções e/ou suspensões conforme itens acima, conforme determina a norma vigente.

9.9 O pagamento será parcial, a cada entrega, conforme quantitativo de itens recebidos, a ser atestada pelo fiscal do contrato.

9.9 Eventuais situações supervenientes não previstas neste termo deverão ser analisadas e tratadas pelo gestor do contrato, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade na entrega e fixação do objeto licitado, bem como as disposições legais que tratam do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.10 Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não suspende o fornecimento dos objetos ou a prestação de quaisquer serviços, de forma que, no caso de deferimento, ser-lhe-á devida a diferença entre o valor pactuado e o reequilibrado a partir da data do deferimento. No caso de indeferimento, mantém-se o valor pactuado.

9.11 A recusa no fornecimento do objeto adquirido sob a alegação de pendência de reequilíbrio acarretará de abertura de processo administrativo para fins de aplicação das sanções cabíveis por inexecução contratual.

9.12 Qualquer solicitação de alteração (marca/objeto/forma de execução) deve ser previamente endereçada ao Gestor do Contrato, e somente poderá ser realizada/efetivada após o deferimento do gestor.



9.13 Eventuais descontos/glosas efetuadas em valores a serem pagos ao fornecedor serão devidamente justificadas pelo fiscal do contrato, bem como solicitada manifestação da contratada, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a partir do recebimento, sendo decidido em igual prazo pelo ordenador da despesa.

10 DEFINIÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS LOCAIS DE ENTREGA

10.1 Os locais de entrega são discriminados conforme planilha abaixo, e indicados entrega conforme necessidade da Administração Municipal.

ESCOLA MUNICIPAL	ENDEREÇO		DIRETOR(A)	TELEFONE
ACÁCIO PEDROSO, EM-EF	Rua Traíra, 305	Profilurb I	Sonia Maria Lavandoski	(45) 3521-9795 99820-0686
ADELE ZANOTTO SCALCO, EM-EF	Avenida Javier Koelbl, 1923	Jardim Boa Esperança	Elida Herminia Rockenbach	(45) 2105-977599997-2460
ADEMAR MARQUES CURVO, EM-EF	Rua Lucio Padilha, 170	Vila São Sebastião	Rodrigo Boucinha da Silva	(45) 2105-9778 99997-2468
ALTAIR FERRAIS DA SILVA ZIZO, EM-EF	Avenida Andradina, 2290	Jardim Ipê	Marcela Cassia de Camargos Rios	(45) 2105-9773
ANTONIO GONÇALVES DIAS, EM-EF	Rua Purus, 234	Campos do Iguaçu	Sandra Rosa Castilho	(45) 2105-953299997-2490
ARNALDO ISIDORO DE LIMA, EM-EF	Rua "D", 520	Vila C	Lilian Engelage Diesel	(45) 3521-951599973-0179
AUGUSTO WERNER, EM-EF	Rua Atalaia, 190	Vila Carimã	Letícia Antonovicz	(45) 3901-336499985-7742
BELVEDERE, EM-EF	Rua Guaraqueçaba, 300	Jardim Belvedere	Tania Regina Siqueira Cozer	(45) 3901-3402 99997-2524
BRIGADEIRO ANT ^o SAMPAIO, EMC-EF	Rua Manoel Laurindo, 8735	Foz do Iguaçu Parte II	Sonia Regina Freitas	(45) 3521-952099997-5252
CÂNDIDO PORTINARI, EM-EF	Rua Gaspar, 499	Jardim Petrópolis	Maria Selma Bispo	(45) 3521-9851 99997-2526
CARLOS GOMES, EM-EF	Alameda Pontal, 184	Campos do Iguaçu	Maria Aparecida Gomes da Silva	(45) 99997-2552
CECILIA MEIRELES, EM-EF	Rua Feldspato, 602	Parque Res. Ouro Verde	Caroline Gomes Cassanego	(45) 3521-9780



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

				99997-2555
CERES DE FERRANTE, EM-EF	Avenida Mercúrio, 1299	Jardim Três Fronteiras	Keila Cristina Zorzi	(45) 3521-9522 99997-2600
CORA CORALINA, EM-EF	Rua Pacaembu, 100	Parque Res. Morumbi II	Daniela Zerwes	(45) 2105-9581 99997-2625
DOUTOR DIRCEU LOPES, EM-EF	Rua das Águias, 185	Portal da Foz	Ana Paula Ferreira	(45) 3521-9523 99997-2662
DUQUE DE CAXIAS, EM-EF	Avenida Mário Filho, 2739	Morumbi III	Roseney Braz de Oliveira	(45) 3901-3420 99997-2666
ELEODORO ÉBANO PEREIRA, EM-EF	Rua Victorio Basso, 3030	Lote Grande	Rosangela Aparecida Guerin Constancio	(45) 2105-8708 99997-2700
ELOI LOHMANN, EM-EF	Rua Munhoz de Melo, 147	Conjunto Res. Grauna	Solângela A. de Barros Franzen	(45) 2105-9870 99997-2726
EMÍLIO DE MENEZES, EM-EF	Avenida Mário Filho, 1252	Morumbi II	Eliel Aparecido Rocha	(45) 3521-9551 99997-2727
ÉRICO VERÍSSIMO, EM-EF	Rua Jorge Sanwais, 4375	Jardim São Paulo	Fabio Ferreira dos Santos	(45) 3521-9720 99997-2728
FREDERICO ENGEL, EM-EF	Avenida Ayrton Senna, 2245	Jardim Copacabana	Jessica Daiane Pereira Silvero	(45) 2105-9766 99997-2772
GABRIELA MISTRAL, EM-EF	Rua Tubarão, 40	Jardim Lancaster	Eliane Cristina B. Chope Novicki	(45) 3521-9762 99997-2777
IRIO MANGANELLI, EM-EF	Rua Pompeu de Toledo, 773	Morumbi I	Cirlene Martins de Oliveira Munaro	(45) 3521-9855 99997-2800
JARDIM NAIPI, EM-EF	Rua Vicente Celestino, 300	Jardim Guarapuava	Jussara Marquezi	(45) 3521-9736 99997-0498
JOÃO ADÃO DA SILVA, EM-EF	Rua Júlio Brecher, 450	Lagoa Dourada	Eliel Wesley Nicolau dos Santos	(45) 3521-953799997-3534
JOÃO DA COSTA VIANA, EM-EF	Rua Mundaú, 340	Lot. Três Lagoas	Cátia Ribeiro de Jesus Gadonski	(45) 2105-9583 99997-3223
JOÃO XXIII, EM-EF	Rua José Carlos Pace, 304	Morumbi I	Jeci Klaesener Moreira	(45) 3521-9556 99997-2827
JORGE AMADO, EM-EF	Rua Antonio Alves, 600	Cidade Nova II	Sueli Pinto Lemes	(45) 3521-9788 98401-6113



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

JULIO PASA, EM-EF	Rua Espírito Santo, 1226	Vila Matilde	Karla Fabiana de Mello	(45) 3521-9548 99997-2829
MONTEIRO LOBATO, EM-EF	Rua Ângela Aparecida Andrade, 145	Foz do Iguaçu Parte II	Joel Domingos Valencio	(45) 3521-9886 99997-2882
NAJLA BARAKAT, EM-EF	Rua Joaquim Montegute, 460	Jardim Itaipu	Elza Almeida da Silva	(45) 3521-9800 99997-2888
OLAVO BILAC, EM-EF	Avenida Írio Manganelli, 2425	Gleba Guarani	Lindamar Vieira	(45) 2105-9844 99942-7313
OLIMPIO RAFAGNIN, EM-EF	Rua Luz Marina, 32	Parque Imperatriz	Juliana Pocatterra Kirch	(45) 3521-9872 99957-8822
OSVALDO CRUZ, EM-EF	Rua Ocuí, 321	Lot. João Paulo II	Adione Fátima Dalberto Santolin	(45) 3901-3385 99997-2900
PADRE LUIGI SALVUCCI, EM-EF	Rua Fortaleza, 45	Vila "C" Nova	Edson Luis Dias	(45) 2105-9728 99997-2928
PAPA JOÃO PAULO I, EM-EF	Rua Humaitá, 16	Jardim Itamarati	Ana Paula Marsaro Bellon	(45) 2105-9734 99997-2929
PONTE DA AMIZADE, EM-EF	Av. Tancredo Neves, 3159	Jardim Jupira	Ana Carolina Cordeiro Magni	(45) 3521-9865 99973-0565
PRES.GETÚLIO VARGAS, EM-EF	Rua Sempre Viva, 347	Vila Adriana I	Fernanda Kelly da Silva Oliveira	(45) 3521-9575 99997-2930
PRINCESA ISABEL, EM-EF	Avenida das Cataratas, 8025	Imóvel Cataratas Gleba 2	Fabiana Spohr Bender	(45) 2105-9515 9141-3962
PROF.BENEDICTO J. CORDEIRO, EM-EF	Rua Tapuias, 193	Jardim Tarobá	Fernanda Arfelli Martini Monteferrante	(45) 2105-9542 99997-2999
PROF.PEDRO V. PARIGOT DE SOUZA, EM-EF	Rua Benjamim Constant, 493	Centro	Jair Carlos Agostini	(45) 3521-9819 98401-6276
PROF.ELENICE MILHORANÇA, EM-EF	Rua Di Cavalcanti, 523	Jardim America	Valdir Teixeira Junior	(45) 3521-9771 99997-3003
PROF.JOSINETE H.A .SANTOS, EM-EF	Avenida Paraná, 5221	Vila A	Alexandra Moizes Miranda de Arruda	(45) 2105-9518 99997-3029
PROF.LUCIA MARLENE P. NIERADKA, EM-EF	Rua Major Acylyno Castro, 130	Vila Yolanda	Daiane Marilene Palma	(45) 3521-9888 99957-8833
PROF.ROSÁLIA DE AMORIM SILVA, EM-EF	Rua Cacique, 883	Jardim Canadá II	Ângela Aparecida de Souza Zeca	(45) 3521-9821 99997-3030



Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

PROF.SUZANA MORAES BALEN, EM-EF	Rua Inacio dos Santos Benitez, 376	Jardim Nova Califórnia	Claudineia Aparecida Machado de Oliveira	(45) 3521-978299997-3031
SANTA RITA DE CASSIA, EM-EF	Rua Anita Malfatti, 500	Vila Perola	Fernando Ferreira Souza Lima	(45) 2105-9567 99997-3100
TRÊS BANDEIRAS, EM-EF	Rua João Câmara Filho, 320	Jardim Três Bandeiras	Ruti Nascimento Pereira	(45) 3521-9569 99997-3111
VILA SHALON, EM-EF	Avenida General Meira, 2008	Vila Shalon	Elizangela Sandra Vieira	(45) 3521-9810 99997-2627
VINICIUS DE MORAES, EM-EF	Rua das Rosas, 325	Jardim das Flores	Jaqueline Silveira Brum	(45) 3521-9540 99991-4664

CMEI	ENDEREÇO		DIRETOR(A)	TELEFONE
AMINA BARAKAT CMEI	Rua Planalto, s/nº	Jardim Itaipu	Andréia Salomão de Souza Fermino	(45) 3521-9536 99907-4420
AMOR PERFEITO CMEI	Rua Zulema de Araújo Frasson, s/n	Cidade Nova II	Saete Leite da Silva	(45) 2105-9541 99973-0797
ANTONIO F. DAMIÃO NETO CMEI	Rua Francisco de Sá, 70	Jd. Curitiba II	Rozislanda Moreira Quintela	(45) 3521-9758 99854-5012
ARIANO VILAR SUASSUNA CMEI	Rua Golfinho, 2070	Parque Ouro Verde	Vera Lucia de Oliveira Lisboa	(45) 2105-9813 99973-0826
BÁRBARA MATOS JANUÁRIO CMEI	Rua Cisne, 1510	Morumbi III	Lucivane Aparecida Lourenço	(45) 2105-9832 99997-4600
BRAIZ DE MOURA CMEI	Avenida Julio Carneiro Portes, 250	Jardim Jupira	Elizabeth Bizzente	(45) 2105-9535 98423-3144
CAMPOS DO IGUAÇU CMEI	Rua Capibaribe, 1695	Campos do Iguaçu	Josiane Ramirez Mendoza	(45) 3521-9784 99973-0521
CARLOS GAUTO CMEI	Rua João Alfredo Müller, 279	Vila São Sebastião	Malgari Lucia Vedana dos Santos	(45) 3521-9848 99973-0522
CELESTE SOTTOMAIOR CMEI	Rua Londrina, s/nº	Jardim Paraná	Maristela Serafini dos Santos	(45) 3521-9592 99973-0953
CLAUDIO DA SILVA LOURENÇO CMEI	Rua Pedro Francisco Keru, 50	Sol de Maio	Roberto Fedatto	(45) 3521-9857 99973-0585
COMENDADOR PEDRO JACOB LAKUS CMEI	Rua Franco Velasco, 285	Três Bandeiras	Noemi Cristina Smaniotto	(45) 3521-9876 98401-6133



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

DOM OLIVIO AURELIO FAZZA CMEI	Av. Tancredo Neves, 4203	Porto Belo	Irene Rodrigues de Oliveira	(45) 2105-9896 99907-5410
ELFRIDA KELLER CMEI	Rua das Papoulas, 525	Jardim Bourbon	Marizete Alves Johann	(45) 2105-9502 99973-0599
FLOR DE ACACIA CMEI	Rua Ângela Apª de Andrade, 945	Jardim Califórnia	Simone Zacarias da Silva	(45) 2105-9571 99973-0623
FLOR DE LIS CMEI	Rua "O", 655	Vila "C" Nova	Cleiton Fabiano Ritter	(45) 2105-9590 99973-0629
GUILHERME AUGUSTO TERRES SANTOS CMEI	Rua Tenente Eduardo Olmedo, 1060	Morumbi II	Marcia Juliana Eringer	(45) 3901-3219 98424-2894
INÁCIA MENEZES DOS SANTOS CMEI	Rua Pompeu de Toledo, s/nº	Morumbi I	Eliane Tesch	(45) 3901-3297 99973-0631
JOÃO DE AQUINO CMEI	Rua Oscar Alfredo Franco, 27	Jardim Santa Rita	Tatiane Ferreira Brill	(45) 2105-9585 99973-0681
JOSE BENTO VIDAL CMEI	Rua Vila Velha, s/nº	Conjunto C	Laura Rodrigues Morais	(45) 3521-9501 99957-8866
JULIA FERRAIS CMEI	Rua Saracura, 202	Portal da Foz	Oneide Vieira Bonetti	(45) 3521-9599 99973-0702
LINDÓIA CMEI	Rua Foz do Areia, 233	Jardim Lindóia	Nilce Maria da Silva Nicolau	(45) 2105-9746 99973-0647
MAMÃE AGENORA CMEI	Rua Palometa, 305	Ouro Verde	Daiane Muniz	(45) 2105-9808 99973-0730
MARICOTA BASSO CMEI	Rua Airton Ramos, 521	Jardim São Paulo	Noeli Stormoski Pereira	(45) 2105-9830 99973-0823
NOVO HORIZONTE CMEI	Rua Luiz Carlos A. Pinheiro, 434	Jardim Novo Horizonte	Ingrid Bark Pinheiro	(45) 2105-9812 99126-2391
OSVALDO GOCH CMEI	Rua Ronie Peterson, 120	Vila Borges	Janete Wernke Hartmann	(45) 3521-9839 99973-0866
OURO VERDE CMEI	Rua Ágata, 367	Parque Ouro Verde	Francielli Brol da Silva	(45) 2105-9840 99973-0878
OZIRES SANTOS CMEI	Rua Amor Perfeito, 417	Conj.Hab. Buba	Glauca Ramona Pereira Ruiz de Araújo	99997-4442
PINGO DE GENTE CMEI	Av. República Argentina, 6445	Cohapar III	Jessica Gonçalves Madeira	(45) 2105-9789 99973-0845



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

PROF. ELAINE BERNARDES RIBEIRO CMEI	Rua Tigre, 100	Jardim Buenos Aires	Darimar Aparecida Maia	(45) 3521-9792 98423-3146
PROF. HELEY DE ABREU SILVA BATISTA CMEI	Rua Humberto Machado, 180	Imóvel FI - Parte II	Andressa Aparecida Bonfim	(45) 2105-9554 -
PROF. NÍDIA BENITEZ CMEI	Rua Etelvina Bordinhão Santos, 85	Vila Solidária	Danielle Cristina Squizani de Mello	(45) 3521-9553 99823-1813
PROF. NILVA DE JESUS CMEI	Rua Bento Gonçalves, 594	Jardim Karla	Andriele Cristiane Lorencini	(45) 2105-9843 99973-0902
PROF. ONIRA CAPRINI PAIZ CMEI	Rua Jacomo Savaris, 955	Jardim São Roque	Neusa Martins Guimarães de Oliveira	(45) 2105-9809 99957-8788
PROF. SIMONE WALQUIRIA GRIGNET CMEI	Avenida Andradina, 3090	Jardim Almada	Claudete de Fátima Nunes de Oliveira	(45) 2105-9797 99820-0829
PROF. VANDERLI BERTACCHINI MOREIRA CMEI	Rua Paulino Ferreira, 295	Vila Boa Esperança	Naiara Thais Flores Moreno Correa	(45) 3521-9529 99907-6543
RAMONA RODRIGUES DOTTO CMEI	Rua Emílio de Menezes, 1689	Jardim América	Keila Cristina de Souza Ribeiro	(45) 2105-9509 99973-0914
ROSA CIRILO DE CASTRO CMEI	Rua Pirapitinga, 352	Profilurb II	Maria do Socorro de Barros	(45) 2105-9793 99973-0928
RUBEM AZEVEDO ALVES CMEI	Rua Jorge Sanways, 4627	Jardim São Paulo	Lucia Benitez Holanda	(45) 3521-9534 99907-7480
SÃO FRANCISCO CMEI	Rua Canindé, 1215	Morumbi II	Jaqueline Spagna	(45) 3521-9730 99973-0714
SOLDADINHO DE CHUMBO CMEI	Travessa Bagre, s/n	Profilurb I	Elisvander Schulz	(45) 2105-9713 99973-0932
TRÊS LAGOAS CMEI	Rua Camorim, s/nº	Três Lagoas	Karina Muller Maleski	(45) 3521-9717 99973-0937
VICTORIO BASSO CMEI	Rua Engenho Novo, 299	Parque Imperatriz	Ivonete de Fátima Gomes	(45) 2105-9879 99957-8844
VILA ESMERALDA CMEI	Rua Potiguaras, 15	Vila Esmeralda	Fabieli de Souza Guazzi	(45) 2105-9772 99957-8855
ZILDA ARNS NEUMANN CMEI	Rua Barão da Serra Negra, 2169	Morumbi II	Giovana Luciana da Silva Rodrigues	(45) 3901-3218 98402-6347

CENTRO ESCOLA	ENDEREÇO	COORDENADOR(A)	TELEFONE
---------------	----------	----------------	----------



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

BAIRRO				
ARNALDO ISIDORO DE LIMA, CEB	Rua D, 520	Vila C	Liliane Peres	(45) 3901-3401 98401-6115
CLÓVIS CUNHA VIANA, CEB	Rua Julio Brecher, 450	Lagoa Dourada	Marcia Vitorassi	(45) 2105-9878 99907-8410
DARCI ZANATA, CEB	Rua Pompeu de Toledo, 773	Morumbi I	Karina Gracielli Paulino	(45) 2105-9822 99962-9041
ÉRICO VERISSÍMO, CEB	Rua Jorge Sanwais, 4375	Jardim São Paulo	Luciani Wandscheer	(45) 3525-1876 99997-3377
FRANCISCO BUBAS, CEB	Rua Amor Perfeito, s/nº	Jardim das Flores	Elizeu Paulo Machado	(45) 3901-3289 98401-6125
LEONEL BRIZOLA, CEB	Rua João Ricieri Maranh, 388	Três Lagoas	Marilda Ribeiro Pereira	(45) 3901-3270 99122-0272

10.2 Os locais de entrega podem ser alterados conforme determinação e necessidade da Secretaria Municipal da Educação.

Equipe de elaboração e assinatura por SISTEMA DIGITAL MUNICIPAL do TERMO DE REFERÊNCIA:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento: TERMO DE REFERÊNCIA.

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E SERVIDOR
DE EQUIPE TÉCNICA**

ASSINATURA

MARIA JUSTINA DA SILVA

(assinatura eletrônica via SID)

ANDRÉA CRISTINA GOBBI

(assinatura eletrônica via SID)

Local e data: Foz do Iguaçu/PR, data da assinatura eletrônica.



ANEXO II

GRUPO 01 - Cabeamento elétrico					
Item	Descrição	UND	QTDE	Preço Unitário	Preço TOTAL
1	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 1,5 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.	m	1500	R\$ 1,24	R\$ 1.860,00
2	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 2,5 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.	m	2000	R\$ 1,98	R\$ 3.960,00
3	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 4 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.	m	2000	R\$ 3,15	R\$ 6.300,00
4	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 450/750 v, seção nominal 6 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.	m	2000	R\$ 4,65	R\$ 9.300,00
5	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 0,6/1 kv, seção nominal 10 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.	m	800	R\$ 7,82	R\$ 6.256,00



6	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 0,6/1 kv, seção nominal 16 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.	m	500	R\$ 1,34	R\$ 670,00
7	Cabo de cobre, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, antichama bwf-b, cobertura pvc-st1, antichama bwf-b, 1 condutor, 0,6/1 kv, seção nominal 25 mm ² . Pode ser solicitado nas diversas cores disponíveis no mercado.	m	500	R\$ 0,21	R\$ 105,00
8	Cabo multipolar de cobre (cabo pp), flexível, classe 4 ou 5, isolamento em hepr, cobertura em pvc-st2, antichama bwf-b, 0,6/1 kv, 3 condutores de 2,5 mm ² .	m	1000	R\$ 8,24	R\$ 8.240,00
9	Cabo multipolar de cobre (cabo pp), flexível, classe 4 ou 5, isolamento em hepr, cobertura em pvc-st2, antichama bwf-b, 0,6/1 kv, 2 condutores de 2,5 mm ² .	m	600	R\$ 5,50	R\$ 3.300,00
10	Cabo multipolar de cobre (cabo pp), flexível, classe 4 ou 5, isolamento em hepr, cobertura em pvc-st2, antichama bwf-b, 0,6/1 kv, 3 condutores de 1,5 mm ² .	m	100	R\$ 5,47	R\$ 547,00
11	Cabo multipolar de cobre (cabo pp), flexível, classe 4 ou 5, isolamento em hepr, cobertura em pvc-st2, antichama bwf-b, 0,6/1 kv, 2 condutores de 1,5 mm ² .	m	600	R\$ 3,68	R\$ 2.208,00
				TOTAL	R\$ 42.746,00
GRUPO 02 - Disjuntores					
Item	Descrição	UND	QTDE	Preço Unitário	Preço TOTAL
12	Disjuntor DIN monopolar 10 A	unid.	50	R\$ 8,87	R\$ 443,50
13	Disjuntor DIN monopolar 16 A	unid.	50	R\$ 9,03	R\$ 451,50
14	Disjuntor DIN monopolar 20 A	unid.	50	R\$ 9,03	R\$ 451,50



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

15	Disjuntor DIN monopolar 25 A	unid.	60	R\$ 9,45	R\$ 567,00
16	Disjuntor DIN monopolar 32 A	unid.	60	R\$ 9,45	R\$ 567,00
17	Disjuntor DIN monopolar 40 A	unid.	50	R\$ 9,45	R\$ 472,50
28	Disjuntor DIN bipolar 20 A	unid.	50	R\$ 28,00	R\$ 1.400,00
19	Disjuntor DIN bipolar 25 A	unid.	80	R\$ 28,00	R\$ 2.240,00
20	Disjuntor DIN bipolar 32 A	unid.	80	R\$ 28,00	R\$ 2.240,00
21	Disjuntor DIN bipolar 32 A	unid.	80	R\$ 29,46	R\$ 2.356,80
22	Disjuntor DIN bipolar 50 A	unid.	50	R\$ 33,31	R\$ 1.665,50
23	Disjuntor DIN bipolar 63 A	unid.	50	R\$ 33,31	R\$ 1.665,50
24	Disjuntor DIN tripolar 40 A	unid.	80	R\$ 42,35	R\$ 3.388,00
25	Disjuntor DIN tripolar 50 A	unid.	50	R\$ 47,20	R\$ 2.360,00
26	Disjuntor DIN tripolar 63 A	unid.	50	R\$ 51,74	R\$ 2.587,00
27	Disjuntor DIN tripolar 80 A	unid.	50	R\$ 123,60	R\$ 6.180,00
28	Disjuntor DIN tripolar 100 A	unid.	80	R\$ 123,60	R\$ 9.888,00
29	Disjuntor NEMA tripolar 32A	unid.	20	R\$ 69,34	R\$ 1.386,80
30	Disjuntor NEMA tripolar 70A	unid.	20	R\$ 82,23	R\$ 1.644,60
31	Disjuntor NEMA tripolar 80A	unid.	20	R\$ 115,86	R\$ 2.317,20
32	Disjuntor NEMA tripolar 100A	unid.	20	R\$ 115,86	R\$ 2.317,20
33	Disjuntor NEMA tripolar 150A	unid.	20	R\$ 415,46	R\$ 8.309,20
34	Disjuntor NEMA tripolar 200A	unid.	20	R\$ 556,95	R\$ 11.139,00
35	Disjuntor em caixa moldada tripolar 150 A	unid.	10	R\$ 432,00	R\$ 4.320,00
36	Disjuntor em caixa moldada tripolar 200 A	unid.	10	R\$ 392,00	R\$ 3.920,00
37	Disjuntor em caixa moldada tripolar 300 A	unid.	10	R\$ 514,55	R\$ 5.145,50
				TOTAL	R\$ 79.423,30
AMPLA CONCORRÊNCIA					
GRUPO 03 - Iluminação					



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

Item	Descrição	UND	QTDE	Preço Unitário	Preço TOTAL
38	Lâmpada led tubular T5 de 14W, bivolt, comprimento de 549 mm. Soquete G5 e temperatura de 6500K	unid.	300	R\$ 49,20	R\$ 14.760,00
39	Lâmpada led Tubular T8 18W Luz Branco Frio 6500k 127 Volts, 1,20 m	unid.	500	R\$ 15,47	R\$ 7.735,00
40	Lâmpada led tipo bulbo, base E27 bivolt. Potência de 20W e temperatura de 6500K	unid.	300	R\$ 18,00	R\$ 5.400,00
41	Lâmpada led tipo bulbo, base E27 bivolt. Potência de 30W e temperatura de 6500K	unid.	3000	R\$ 30,79	R\$ 92.370,00
42	Lâmpada led tipo bulbo, base E27 bivolt. Potência de 40W e temperatura de 6500K	unid.	600	R\$ 38,71	R\$ 23.226,00
43	Lâmpada led tipo bulbo, base E27 bivolt. Potência de 50W e temperatura de 6500K	unid.	600	R\$ 51,26	R\$ 30.756,00
44	Reator eletrônico bivolt para 2 lâmpadas tubulares 15/18/20W	unid.	100	R\$ 27,70	R\$ 2.770,00
45	Reator eletrônico bivolt para 2 lâmpadas tubulares 40W	unid.	80	R\$ 32,10	R\$ 2.568,00
46	Luminária de teto plafon/plafonier em plástico com base e27, potencia máxima 60 w	unid.	1200	R\$ 4,34	R\$ 5.208,00
47	Refletor Led IP66 bivolt 50W 6500K resistente à água	unid.	80	R\$ 56,30	R\$ 4.504,00
48	Refletor Led IP66 bivolt 100W 6500K resistente à água	unid.	200	R\$ 139,20	R\$ 27.840,00
49	Refletor Led IP66 bivolt 200W 6500K resistente à água	unid.	300	R\$ 325,00	R\$ 97.500,00
50	Lampada de luz mista 500 w, base e40 (220 v)	unid.	100	R\$ 72,85	R\$ 7.285,00
51	Rele fotoelétrico bivolt 1000W	unid.	300	R\$ 33,60	R\$ 10.080,00
52	Base para rele fotoelétrico	unid.	300	R\$ 10,14	R\$ 3.042,00
				TOTAL	R\$ 335.044,00
GRUPO 04 - Caixas, tomadas e demais itens					
Item	Descrição	UND	QTDE	Preço Unitário	Preço TOTAL
53	Espelho / placa de 1 posto com suporte 4" x 2", para instalação de tomadas e interruptores	unid.	100	R\$ 2,67	R\$ 267,00



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

54	Espelho / placa de 2 postos com suporte 4" x 2", para instalação de tomadas e interruptores	unid.	100	R\$ 2,76	R\$ 276,00
55	Espelho / placa de 3 postos com suporte 4" x 2", para instalação de tomadas e interruptores	unid.	80	R\$ 3,39	R\$ 271,20
56	Tomada 2P+T 20A, 250V cor branca (apenas modulo)	unid.	250	R\$ 3,85	R\$ 962,50
57	Tomada 2P+T 20A, 250V cor vermelha (apenas modulo)	unid.	100	R\$ 6,60	R\$ 660,00
58	Espelho / placa cega com suporte, branca 4" x 2", para instalação de tomadas e interruptores	unid.	100	R\$ 2,82	R\$ 282,00
59	Interruptor simples 10A, 250V (apenas modulo)	unid.	100	R\$ 6,30	R\$ 630,00
60	Tomada 2P+T 20A, 250V, conjunto montado para sobrepor 4" x 2" branco (caixa + modulo)	unid.	100	R\$ 8,30	R\$ 830,00
61	Interruptor simples 10A, 250V, conjunto montado para sobrepor 4" x 2" branco (caixa + modulo)	unid.	100	R\$ 8,90	R\$ 890,00
62	Tomada dupla 2P+T 20A, 250V, conjunto montado para sobrepor 4" x 2" branco (caixa + 2 módulos)	unid.	100	R\$ 5,65	R\$ 565,00
63	Interruptor simples 10A duplo, 250V, conjunto montado para sobrepor 4" x 2" branco (caixa + 2 módulos)	unid.	100	R\$ 14,50	R\$ 1.450,00
64	Caixa de passagem / derivação / luz, octogonal 4" x 4", em aço esmaltada, com fundo móvel simples (fms)	unid.	50	R\$ 4,51	R\$ 225,50
65	Caixa de passagem para eletroduto corrugado, de embutir pvc amarela, 4"x2"	unid.	50	R\$ 1,16	R\$ 58,00
66	Canaleta pvc autoadesiva, com divisória para fiação, 20x10cm branca, comprimento de 2m	unid.	100	R\$ 1,32	R\$ 132,00
67	Canaleta pvc autoadesiva, com divisória para fiação, 50x20cm branca, comprimento de 2 metros	unid.	30	R\$ 43,50	R\$ 1.305,00
68	Canaleta para piso autoadesiva, com divisória para fiação, 52x14cm branca, comprimento de 2 metros	unid.	30	R\$ 60,00	R\$ 1.800,00
69	Eletroduto pvc flexível corrugado, cor amarela, de 20 mm	m	200	R\$ 1,22	R\$ 244,00
70	Eletroduto pvc flexível corrugado, cor amarela, de 32 mm	m	200	R\$ 2,19	R\$ 438,00



Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

71	Eletroduto de pvc rígido, liso, cor branca, de 1/2", para instalações aparentes, comprimento de 3 metros	unid.	100	R\$ 3,95	R\$ 395,00
72	Eletroduto de pvc rígido, liso, cor branca, de 3/4", para instalações aparentes, comprimento de 3 metros	unid.	150	R\$ 10,90	R\$ 1.635,00
73	Eletroduto de pvc rígido, liso, cor branca, de 1", para instalações aparentes, comprimento de 3 metros	unid.	100	R\$ 14,35	R\$ 1.435,00
74	Eletroduto de pvc rígido roscável, liso, cor branca, de 1.1/2", para instalações aparentes, comprimento de 3 metros	unid.	50	R\$ 17,33	R\$ 866,50
75	Curva 90 graus em pvc liso, cor branca, 1/2", para eletroduto de instalações aparentes	unid.	80	R\$ 4,80	R\$ 384,00
76	Curva 90 graus em pvc liso, cor branca, 3/4", para eletroduto de instalações aparentes	unid.	150	R\$ 2,30	R\$ 345,00
77	Curva 90 graus em pvc liso, cor branca, 1", para eletroduto de instalações aparentes	unid.	80	R\$ 3,10	R\$ 248,00
78	Curva 90 graus em pvc roscável, cor preta, 1.1/2", para eletroduto de instalações aparentes	unid.	30	R\$ 3,95	R\$ 118,50
79	Cotovelo 90 graus em pvc liso, cor branca 1/2" para eletroduto de instalações aparentes	unid.	80	R\$ 4,70	R\$ 376,00
80	Cotovelo 90 graus em pvc liso, cor branca , 3/4" para eletroduto de instalações aparentes	unid.	150	R\$ 3,72	R\$ 558,00
81	Cotovelo 90 graus em pvc liso, cor branca , 1" para eletroduto de instalações aparentes	unid.	80	R\$ 4,70	R\$ 376,00
82	Luva lisa graus em pvc liso, cor branca , 1/2" para eletroduto de instalações aparentes	unid.	80	R\$ 1,10	R\$ 88,00
83	Luva lisa graus em pvc liso, cor branca , 3/4" para eletroduto de instalações aparentes	unid.	150	R\$ 1,10	R\$ 165,00
84	Luva lisa graus em pvc liso, cor branca , 1" para eletroduto de instalações aparentes	unid.	80	R\$ 1,50	R\$ 120,00
85	Luva roscável graus em pvc liso, cor preta , 1.1/2" para eletroduto de instalações aparentes	unid.	30	R\$ 2,30	R\$ 69,00



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

86	Conector box reto ou adaptador para condutele, em pvc liso, cor branca, 1/2" para eletroduto de instalações aparentes	unid.	80	R\$ 1,10	R\$ 88,00
87	Conector box reto ou adaptador para condutele, em pvc liso, cor branca, 3/4" para eletroduto de instalações aparentes	unid.	150	R\$ 1,16	R\$ 174,00
88	Conector box reto ou adaptador para condutele, em pvc liso, cor branca, 1" para eletroduto de instalações aparentes	unid.	80	R\$ 1,40	R\$ 112,00
89	Condutele em pvc, tipo "x", sem tampa, de 1/2"	unid.	80	R\$ 3,95	R\$ 316,00
90	Condutele em pvc, tipo "x", sem tampa, de 3/4"	unid.	150	R\$ 5,68	R\$ 852,00
91	Condutele em pvc, tipo "x", sem tampa, de 1"	unid.	80	R\$ 5,96	R\$ 476,80
92	Tampão para condutele pvc de 1/2"	unid.	30	R\$ 4,32	R\$ 129,60
93	Tampão para condutele pvc de 3/4"	unid.	50	R\$ 1,00	R\$ 50,00
94	Tampão para condutele pvc de 1"	unid.	30	R\$ 1,00	R\$ 30,00
95	Abraçadeira pvc tipo click para eletroduto de 1/2"	unid.	80	R\$ 0,92	R\$ 73,60
96	Abraçadeira pvc tipo click para eletroduto de 3/4"	unid.	150	R\$ 0,90	R\$ 135,00
97	Abraçadeira pvc tipo click para eletroduto de 1"	unid.	80	R\$ 0,85	R\$ 68,00
98	Abraçadeira pvc para eletroduto de 1.1/2"	unid.	30	R\$ 1,50	R\$ 45,00
99	Tampa cega para condutele	unid.	80	R\$ 2,90	R\$ 232,00
100	Tomada 2P+T 20A, 250V para condutele, cor branca + tampa compatível	unid.	80	R\$ 2,90	R\$ 232,00
101	Tomada 2P+T 20A, 250V para condutele, cor vermelha + tampa compatível	unid.	30	R\$ 9,55	R\$ 286,50
102	Tomada dupla 2P+T 20A, 250V para condutele, cor branca + tampa compatível	unid.	50	R\$ 10,20	R\$ 510,00
103	Interruptor simples 10A 250V para condutele, na cor branca + tampa compatível	unid.	30	R\$ 22,00	R\$ 660,00
104	Interruptor simples 10A 250V + tomada 2P+T 20A para condutele, na	unid.	50	R\$ 11,20	R\$ 560,00



	cor branca + tampa compatível				
105	Interruptor simples duplo 10A 250V para condutele, na cor branca + tampa compatível	unid.	20	R\$ 18,50	R\$ 370,00
106	Borne de porcelana cerâmica para chuveiro 2 polos	unid.	30	R\$ 3,65	R\$ 109,50
107	Borne de porcelana cerâmica para chuveiro 3 polos	unid.	50	R\$ 5,20	R\$ 260,00
108	Terminal pré-isolado pino para cabos de 2,5 a 10mm (será indicada a dimensão no pedido)	unid.	30	R\$ 1,15	R\$ 34,50
109	Terminal pré-isolado pino para cabos de 16 a 35mm (será indicada a dimensão no pedido)	unid.	30	R\$ 1,76	R\$ 52,80
110	Terminal a compressão olhal para cabos de 2,5 a 10mm (será indicada a dimensão no pedido)	unid.	30	R\$ 1,64	R\$ 49,20
111	Terminal a compressão olhal para cabos de 16 a 35mm (será indicada a dimensão no pedido)	unid.	30	R\$ 1,85	R\$ 55,50
112	Fita isolante antichama 19 mm x 10 metros na cor preta	unid.	200	R\$ 4,24	R\$ 848,00
113	Fita isolante de autofusão 19 mm x 20 metros na cor preta	unid.	80	R\$ 5,35	R\$ 428,00
114	Fita isolante antichama 19mm x 20 metros na cor azul	unid.	50	R\$ 9,00	R\$ 450,00
115	Kit barramento trifásico 100A para 28 ou 34 circuitos (será indicada a especificação de quantidade dos circuitos no pedido)	unid.	10	R\$ 208,49	R\$ 2.084,90
116	Kit barramento trifásico 150A para 28, 34 circuitos (será indicada a especificação de quantidade dos circuitos no pedido)	unid.	10	R\$ 258,90	R\$ 2.589,00
117	Pente trifásico 80A 12 polos	unid.	10	R\$ 142,10	R\$ 1.421,00
118	Pente trifásico 63A 12 polos	unid.	10	R\$ 175,00	R\$ 1.750,00
119	Quadro de distribuição de sobrepôr para 18 ou 24 disjuntores (será indicada a especificação de quantidade dos circuitos no pedido)	unid.	10	R\$ 165,37	R\$ 1.653,70
120	Quadro de distribuição de sobrepôr para 28 ou 34 disjuntores (será indicada a especificação de quantidade dos circuitos no pedido)	unid.	10	R\$ 277,18	R\$ 2.771,80



Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

121	Haste de aterramento 5/8", comprimento de 1,5 metros, com conector	unid.	10	R\$ 49,41	R\$ 494,10
122	Conector metálico tipo parafuso fendido (split bolt), para cabos ate 35 mm2	unid.	10	R\$ 8,83	R\$ 88,30
				TOTAL	R\$ 39.006,00
GRUPO 05 - Torneiras e Chuveiros elétricos					
Item	Descrição	UND	QTDE	Preço Unitário	Preço TOTAL
123	Torneira elétrica de parede, bica alta e móvel, 4 temperaturas, registro de ¼ de volta. 220V/5500W. Cor branca.	unid.	150	R\$ 150,00	R\$ 22.500,00
124	Torneira elétrica de bancada, bica alta e móvel, 4 temperaturas, registro de ¼ de volta. 220V/5500W. Cor branca.	unid.	150	R\$ 168,00	R\$ 25.200,00
125	Chuveiro elétrico 3 temperaturas 220V/5500W, branco.	unid.	150	R\$ 72,34	R\$ 10.851,00
				TOTAL	R\$ 58.551,00

VALOR TOTAL DOS GRUPOS: R\$ 554.770,30 (quinhentos e cinquenta e quatro mil setecentos e setenta reais e trinta centavos).



EDITAL DE PREGÃO Nº ____/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2023

No dia __ de _____ do ano de dois mil e vinte e um, na Diretoria de Licitações e Contratos da **Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.206.606/0001-40, com sede à Praça Getulio Vargas, 280 - centro, neste ato representada pelo **Representante do Comprador**, Sr. _____, foram registrados nesta Ata as quantidades e os preços da empresa: _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, resultantes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2022**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para a _____ com os preços dos ITENS abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE.	UN. MED.	VLR. UNIT.	VALOR TOTAL

As especificações técnicas constantes do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2022, assim como todas as obrigações e condições descritas no Edital, no Termo de Referência e na proposta de preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é de __ (____) meses, a contar de __ de _____ de 2022.

Foz do Iguaçu, __ de _____ de 2023.

Representante do Comprador

Empresa
Nome do representante
CPF do representante



ANEXO IV – DECRETO MUNICIPAL Nº 30.699/2022

Regulamenta a margem de preferência para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediados localmente nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal.

O Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 86 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO as disposições dos arts. 42 a 45 e 47 a 49, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 369 de 16 de março de 2022, que acrescentou os arts. 50-A, 50-B, 50-C, 50-D e 50-E à Lei Complementar nº 229, de 23 de dezembro de 2014;

CONSIDERANDO ao solicitado nos Memorandos Internos nºs 44284, de 26 de agosto de 2022 e 49826, de 22 de setembro de 2022, emitidos pela Diretoria de Licitações e Contratos, subordinada à Secretaria Municipal da Administração;

DECRETA:

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedida prioridade de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais – MEI sediados localmente, nos termos do disposto neste Decreto, com objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local; e

II - ampliar a eficiência das políticas públicas.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da Administração Pública Municipal direta, fundos especiais, autarquias e fundações públicas e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

§ 2º Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - âmbito local: limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação;

II - microempreendedores individuais – MEI, microempresas e empresas de pequeno porte: os beneficiados pela Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos do inciso I do *caput* do art. 13.

Art. 2º Nas licitações será assegurada a prioridade de contratação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais – MEI, sediadas localmente, mediante a concessão de margem de preferência de até 10% (dez por cento) sobre o melhor preço válido, nos seguintes termos:

I - existência de no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados localmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - a microempresa ou empresa de pequeno porte tenha efetivamente participado do certame e ofertado durante o procedimento licitatório preço dentro da margem de preferência estabelecida neste Decreto;

III - o preço ofertado dentro da margem de preferência deverá ser compatível com a realidade do mercado e não veda o dever do agente de contratação, comissão de licitação ou pregoeiro de negociar em busca da melhor proposta para a Administração.



Art. 3º Para a aplicação do benefício de que trata este Decreto, os critérios e justificativas para a sua adoção deverão estar previstos em Estudo Técnico Preliminar e no instrumento convocatório.

§ 1º A cotação de preços para formulação do valor de referência da licitação deverá ser auferida com cautela, mediante formação de cesta de preços, devendo ser evitada a realização da estimativa com base unicamente em orçamentos com potenciais interessados na licitação sediados localmente.

§ 2º Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no art. 2º, em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo da participação de microempresas ou empresas de pequeno porte, essa circunstância deverá, obrigatoriamente, ser justificada no processo.

Art. 4º A margem de preferência obedecerá aos seguintes critérios:

I - nas contratações de bens, serviços e obras comuns de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por item/grupo, a margem de preferência será de 10% (dez por cento) do melhor preço válido por item/grupo;

II - nas contratações de bens, serviços e obras comuns de R\$ 80.001,00 (oitenta mil e um reais) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) por item/grupo, a margem de preferência será de 7% (sete por cento) do melhor preço válido por item/grupo;

III - nas contratações de bens, serviços e obras comuns de R\$ 1.300.001,00 (um milhão, trezentos mil e um reais), até R\$ 3.660.000,00 (três milhões seiscentos e sessenta mil reais) por item/grupo, a margem de preferência será de 5% (cinco por cento) do melhor preço válido por item/grupo;

IV - nas contratações de bens, serviços e obras comuns de R\$ 3.660.001,00 (três milhões seiscentos e sessenta mil e um reais) até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) por item/grupo, a margem de preferência será de 1% (um por cento) do melhor preço válido por item/grupo;

V - nas contratações de bens, serviços e obras comuns acima de R\$ 4.800.001,00 (quatro milhões e oitocentos mil e um reais) não haverá margem de preferência.

§ 1º Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos neste artigo, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou lote da licitação que deve ser considerado como um único item, devendo sempre observar os valores individualmente aplicando a margem de preferência aos itens ou grupos que não excederem os valores previstos neste artigo.

§ 2º Não será aplicada a margem de preferência que resulte em preço acima do valor máximo de referência estabelecido em Edital.

§ 3º A obtenção de benefícios a que se refere o *caput* deste artigo fica limitada às microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 4º O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

Art. 5º A preferência de que trata este Decreto será concedida da seguinte forma:

I - O preço válido nas licitações da modalidade pregão serão os obtidos após a realização da fase de lances, ocasião em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte local melhor classificada será convocada para apresentar sua proposta no prazo estabelecido no instrumento convocatório, sob pena de preclusão.

II - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de prioridade, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

III - Nas demais modalidades de licitação, no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que será convocada para apresentar sua proposta, no prazo previsto no instrumento convocatório.

IV - Nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente.

Art. 6º Não se aplica o disposto nos art. 1º ao art. 5º deste Decreto quando:

I - a melhor classificada na licitação já for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada localmente;

II - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do *caput* do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber os incisos I, II e IV do *caput* deste artigo;

V - a prioridade de contratação não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º deste Decreto.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso III do *caput* deste artigo considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência;

II - causar grandes transtornos operacionais para o órgão ou entidade contratante, justificadamente;

III - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

Art. 7º Não se aplica o disposto neste Decreto aos processos com instrumentos convocatórios publicados antes da data de sua entrada em vigor.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 26 de setembro de 2022.

Francisco Lacerda Brasileiro
Prefeito Municipal

Eliane Davilla Sávio
Secretária Municipal da Administração – Interina



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

EDITAL DE PREGÃO Nº 0XXXX/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXXX/2023
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODELO I

PROPOSTA COMERCIAL
(em papel personalizado da empresa)

Razão Social: _____ CNPJ/MF: _____
IE _____
Endereço: _____
Tel/Fax: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

A
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
Diretoria de Licitações e Contratos
Pregão Eletrônico nº/2022

Banco _____ Agência Bancária _____ Conta Corrente nº _____

Em atenção ao Pregão em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento do objeto, conforme abaixo:

Item	Especificação do Item	Marca	Un.	Qtde	Preço Unitário R\$	Valor total R\$
	TOTAL R\$					

Condições de Pagamento:

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

Declaramos de que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, impostos de quaisquer natureza, encargos sociais, **frete** até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Local, ____ de _____ de 2023.

Representante Legal da Proponente
(Nome legível/cargo)